

ENTREVISTA

Carolina Nadaline fala sobre a necropolítica dos planos de saúde

EDUCAÇÃO

Cursos de Pedagogia a preço de banana e proliferação de ofertas caça-níqueis



Espalhando sementes para proteger a terra

Famílias nativas da Chapada dos Veadeiros em Goiás, especialmente mulheres quilombolas Kalunga, ganham a vida com a coleta e venda de sementes originárias do Cerrado para a recuperação de solos degradados

EDITORIAL

As sementes da esperança e a necropolítica dos planos privados

Neste agosto de 2022, o *Extra Classe* circulará mais uma vez na modalidade impressa e trazendo uma variedade de temas urgentes e de necessária reflexão à cidadania.

Na matéria de capa, que recheia as páginas centrais deste periódico, falamos da realidade de 100 famílias quilombolas que vivem da coleta e disseminação de sementes. Elas fazem disso não apenas seu sustento, mas também uma forma de resistir aos ataques constantes que o latifúndio e as forças produtivas não sustentáveis promovem no Cerrado, inclusive com incêndios criminosos. São famílias nativas da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, que dedicam a vida e o sustento à recuperação de solos degradados.

Em nossa entrevista do mês, ouvimos a advogada Carolina Nadaline, especializada no atendimento de autistas e coordenadora jurídica do Instituto Lagarta Vira Pupa. Ela é pós-graduada em Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Coimbra e em Transtorno do Espectro do Autismo pelo Child Behavior Institute (Miami) e pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional.

Carolina, que é autista e mãe de autista, explica como a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o Rol Taxativo dos planos de saúde já se reflete no corte de procedimentos, desligamento de aparelhos e suspensão de *homecare* de pacientes terminais.

O Plenário da Câmara dos Deputados, tardiamente, aprovou no dia 3 de agosto requerimento de urgência (para ser votado no mesmo dia) para o Projeto de Lei 2033/22, que tem o objetivo de dar continuidade a tratamentos de saúde que poderiam ser excluídos da cobertura dos planos de saúde.

O STJ decidiu em junho que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde tem caráter taxativo, não estando as operadoras de saúde obrigadas a cobrirem tratamentos não previstos na lista, salvo algumas situações excepcionais. O PL 2033/22 foi apresentado por um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados criado para analisar a questão.

Para nossa entrevistada, a decisão do STJ representa a adesão de parte do Judiciário brasileiro à necropolítica, comandada pelos grupos financeiros que controlam os planos de saúde privado.

E, ainda, reportagens sobre cursos de Pedagogia caça-níqueis, a crise econômica do ensino superior privado.

Leia também o *Arte +*, Veríssimo – com a estreia das ilustrações de Edgar Vasques –, Weissheimer, Rolim e Fraga. Confira a charge do Santiago e as tiras do Rango e Rato Falho.



04 ENTREVISTA

A advogada Carolina Nadaline explica por que o Rol Taxativo é uma necropolítica

08 SAÚDE

Além da cloroquina, corticoides foram receitados a rodo durante a pandemia

11 WEISSHEIMER

Ainda vivemos o impacto da pandemia e podemos estar prestes a conviver com outra

12 EDUCAÇÃO

Cursos de Pedagogia caça-níqueis são ofertados por empresas de educação

14 AMBIENTE

100 famílias quilombolas do Cerrado ganham a vida ajudando a proteger o solo

18 ENSINO PRIVADO

Sucateamento das políticas públicas está na origem da crise do ensino superior privado

22 ROLIM

Em 2018, Haddad falou a Caetano dos limites da esquerda ante novos desafios

23 ARTE +

A trajetória do músico Vladimir Soares, da Lomba do Pinheiro para o mundo

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Cristina Ávila, Flávio Ilha, Guilherme Zanini, Juarez

Fonseca e Pedro Nakamura

Colunistas: Luis Fernando Veríssimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 25 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) fb.com/jornalextraclasse instagram.com/jornalextraclasse

Extinção do Bioma Pampa está ligada ao avanço da soja

Conforme o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil, elaborado pelo MapBiomas, o desmatamento cresceu 92,1% em 2021, quando comparado ao período anterior. No Rio Grande do Sul, o bioma Pampa, existente exclusivamente no estado, está desaparecendo progressivamente e de forma acelerada.

Foi o ecossistema que mais foi agredido e perdeu áreas naturais no período de 2000 a 2018 no país. O principal motivo foi o avanço da soja na agricultura.

Ambientalistas e entidades de preservação, preocupados com o cenário de negligência histórica e degradação, lançaram um alerta. Associações, institutos, entidades ambientais e sindicatos se uniram, em 2021, e formaram a Coalizão pelo Pampa.

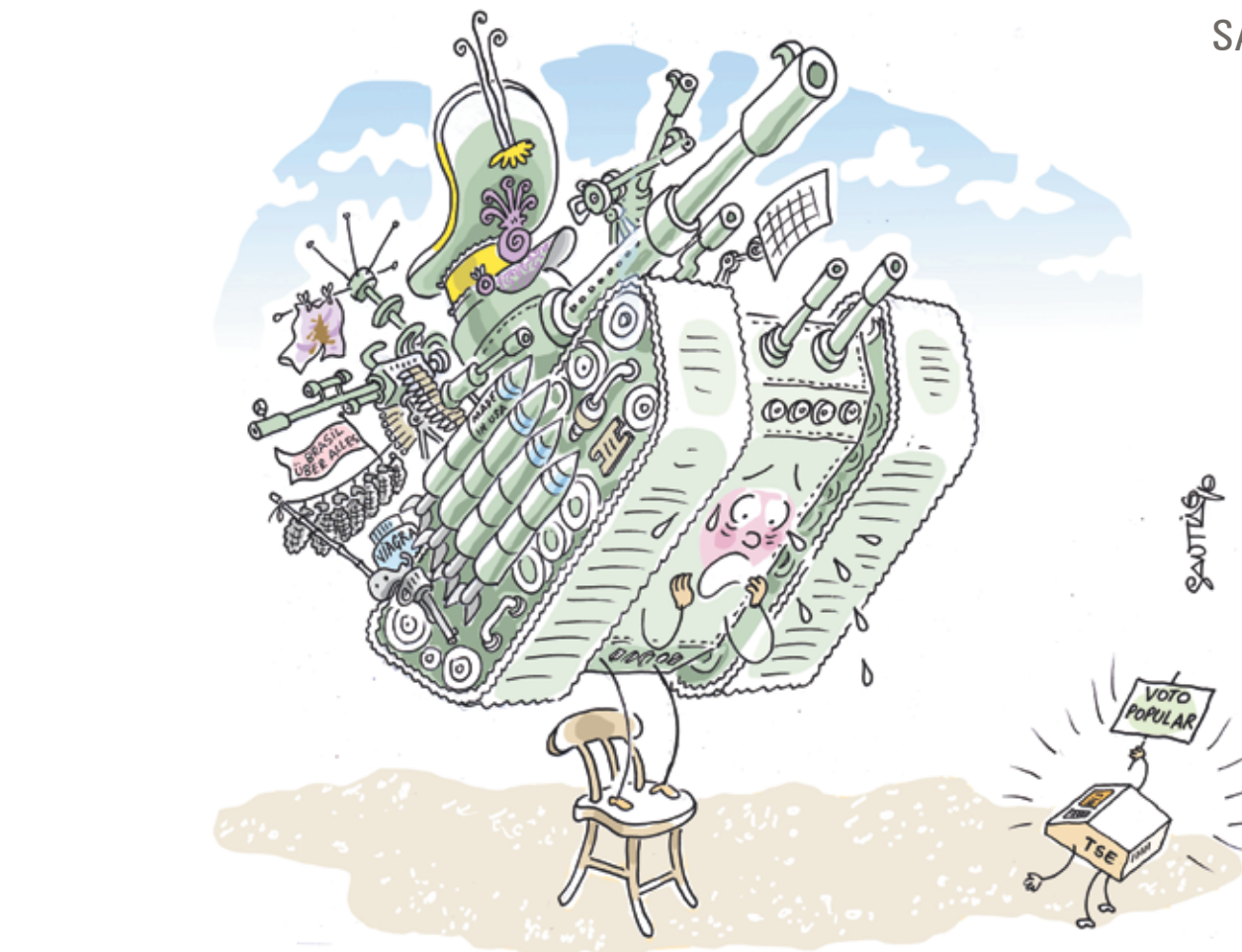
O grupo lançou uma carta aberta à sociedade, a fim de chamar a atenção para esta destruição, que pode levar à extinção do bioma em poucas décadas.

Para OMS, varíola dos macacos é emergência de saúde pública

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou a varíola dos macacos como emergência de saúde pública de interesse internacional.

A doença é conhecida no exterior como *monkeypox*, sendo endêmica em regiões da África. Ela já atingiu neste ano 20.637 pessoas em 77 países.

No Brasil, são 978 casos, sendo 744 apenas em São Paulo. Considerando a importância da informação para combater o avanço do surto, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou um encontro, no dia 28 de julho, em que especialistas apresentaram o que já se sabe sobre a doença e, também, responderam a dúvidas de participantes presenciais e *on-line*.



A máquina do Estado entra na disputa presidencial

De acordo com pesquisa feita pelo Instituto Datafolha entre os dias 27 e 28 de julho, a maioria dos brasileiros entende que os aumentos nos valores do Auxílio Brasil e do vale-gás, apenas até dezembro, têm como objetivo conseguir mais votos para reeleger o presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de outubro deste ano.

Ao menos é o que pensam 61% dos eleitores entrevistados. Porém, 31% acreditam piamente que o governo quer ajudar as pessoas que estão precisando. Outros 6% veem as duas causas como motivação. E apenas 2% não têm opinião sobre o tema.

O Datafolha praticamente reiterou os resultados anteriores. Se a eleição ocorresse em agosto, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) seria eleito no primeiro turno, com 52% dos votos válidos.

Os votos válidos desconsideram os brancos e nulos, mesmo critério usado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para 56% dos entrevistados, o Auxílio Brasil temporário de R\$ 600 é insuficiente, 36% classificam como suficiente e 7% avaliam o montante como mais do que suficiente.

Entre os que rece-

bem o benefício, 54% consideram o valor insuficiente, 38% avaliam como suficiente e 8% afirmam ser mais do que suficiente.

PEC DO DESESPERO – O Congresso Nacional aprovou às pressas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 01, que institui o estado de emergência, uma forma de o governo driblar a legislação eleitoral, que proíbe gastos acima do teto às vésperas da eleição.

Com isso, o governo aumentou o valor do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, e o vale-gás, que pagava R\$ 50 em média a cada dois meses, pode pagar até dezembro cerca de R\$ 120.

O governo também criou o Auxílio-Caminhoneiro e o Auxílio-Taxista, que irá pagar R\$ 1.000 para cada categoria profissional.



Fotos: Václav Campanato (Bolsonaro) e Fábio Rodrigues Pozzebom (Lula) / Agência Brasil

A necropolítica dos planos de saúde



Foto: Acervo Pessoal



Foto: Rafael Luz/STJ/Divulgação

por Gilson Camargo

Pressionados pelo poderoso lobby dos planos de saúde, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) modificaram uma posição histórica e aprovaram, no início de junho, a taxatividade do rol de 'eventos em saúde' que as operadoras devem disponibilizar aos usuários. Com isso, a lista definida pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e disponibilizada administrativamente ou por via judicial a grupos de pacientes com deficiência que necessitam de atendimento especializado para a manutenção da vida deixa de ser exemplificativa. Passa a valer o que está no rol, o que equivale a uma sentença de morte ou, no mínimo, de precarização da vida para milhões de usuários da saúde complementar, alerta a advogada especializada no atendimento de autistas e Coordenadora Jurídica do Instituto Lagarta Vira Pupa, Carolina Nadaline. Pós-graduada em Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Coimbra e em Transtorno do Espectro do Autismo pelo Child Behavior Institute (Miami) e pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional, Caroline, que é autista e mãe de autista, explica nesta entrevista que a decisão do STJ já se reflete no corte de procedimentos, desligamento de aparelhos e suspensão de *homecare* de pacientes terminais. "De fato, é uma desumanidade que cristaliza o preconceito e remete à necropolítica. Para o mercado, para a economia, para a sociedade, a vida da pessoa com deficiência não é vista com a mesma grandeza de vida dos demais", constata

Extra Classe – Como entender a extensão do que os ministros do STJ decidiram, no dia 8 de junho, ao tornar taxativo o rol da ANS que define os serviços de saúde que as operadoras devem cobrir?

Carolina Nadaline – Há 20 anos se entende que essa lista de procedimentos é mínima, ou seja, exemplificativa. Caso haja a determinação pelo médico de um outro tratamento, isso poderia ser requerido tanto via administrativa, direto ao plano de saúde, quanto através de uma medida judicial, mediante provas da eficácia e da necessidade do tratamento. Sempre existiram grandes chances de se obter esse tratamento por determinação judicial. A partir de 2019, há uma mudança no posicionamento de alguns setores do Judiciário.

EC – Por quê?

Carolina – Os planos de saúde sempre defenderam que essa lista era máxima, ou seja, um rol taxativo e que aquilo que não está no rol não deve ser prestado pelas operadoras de saúde. E a gente vê esse entendimento começar a ganhar corpo no Judiciário brasileiro, notadamente em um dos colegiados do STJ, com destaque para o ministro Luís Felipe Salomão. Ele modificou seu entendimento de longa data e votou pela taxatividade.

EC – Os advogados dos planos de saúde comemoraram o resultado do julgamento de forma acintosa nas redes sociais...

Carolina – Fica muito claro um trabalho muito bem feito pelos escritórios de advocacia que representam os planos de saúde, um trabalho muito bem feito e orquestrado no sentido de convencimento do Judiciário sobre a tese da taxatividade. Esse assunto tem sido martelado ao longo de anos e, de alguma maneira, foi causando convencimento de alguns órgãos importantes do país. A gente não consegue saber por que o Judiciário mudou o seu entendimento, mas existe esse trabalho orquestrado, existe o lobby e a gente percebe que, de certa forma, eles têm alcançado êxito com esse canto da sereia, com esse argumento de que os planos de saúde estão com riscos financeiros, estão à beira de quebrar, que a judicialização é um absurdo e assim por diante.

EC – Na prática, é uma decisão que coloca em risco a vida de quem mais precisa de atenção médica. É desumano, não?

Carolina – De fato, é uma desumanidade. Concerne tanto às políticas públicas quanto econômicas. São vidas que parecem não importar para os planos de saúde, por serem consideradas pouco produtivas.

EC – Como assim?

Carolina – Aqui, a gente se depara com uma questão não só dos planos de saúde, mas do fato que as vidas das pessoas com deficiência de forma geral são as-

sim consideradas pela sociedade. Isso faz parte da luta anticapacitista, da luta antimanicomial, da luta pela inclusão, na tentativa de quebra desse paradigma de que pessoas com deficiência têm uma vida menos plena, uma vida menor, uma vida diminuída. Isso tudo, obviamente, está muito ligado à capacidade produtiva da pessoa com deficiência, por ela produzir de modo diferente e em quantidade diferente, o que nem sempre é verdade e não pode ser colocado dessa maneira. É um argumento que é muito relacionado ao preconceito em si.

EC – A lógica da necropolítica?

Carolina – Para o mercado, para a economia, para a sociedade, a pessoa com deficiência não é vista como a mesma vida, como a mesma grandeza de vida das pessoas em geral. Acho que as coisas hoje se agravam nesse contexto de necropolítica, de necrocapitalismo, no sentido de que se instala tanto em nosso país como no mundo um capitalismo que cada vez mais lucra com a morte e com o sofrimento das pessoas. A gente viu isso muito claramente na pandemia e nós vemos nessa questão do rol taxativo e em tantas outras políticas públicas relacionadas ao direito à saúde, ao direito à vida.

EC – A posição do STJ deve influenciar instâncias inferiores?

Carolina – Existe a interposição de um recurso chamado em-

bargos de divergência, que serve para pacificar o entendimento e que, embora não tenha efeito vinculante, ou seja, não é um entendimento obrigatório para os demais juízes e tribunais do país, ele é um entendimento determinante de pacificação, de consenso e orientação dentro do STJ, que é um órgão de cúpula, responsável por julgar os recursos especiais, que são os recursos finais de qualquer processo. Esse recurso vai encaminhando para o seu julgamento a partir de setembro passado, quando o ministro Salomão votou pela taxatividade do rol. Logo em seguida, a ministra Nanci Andri ghi pediu vistas e o julgamento foi suspenso, retornando em fevereiro de 2022, data em que a gente viu uma manifestação histórica e inédita em frente ao STJ, quando mães do Brasil inteiro foram a Brasília e se acorrentaram na frente do Tribunal.

EC – O que ela defendeu?

Carolina – A ministra demonstrou que o rol é e deve continuar sendo exemplificativo ao fundamentar seu voto no direito à saúde, no direito do consumidor, na não abusividade dos contratos, na assunção de riscos pelos planos de saúde. E, de forma decisiva, ela trouxe argumentos contábeis e financeiros que demonstram a mentira do argumento de que os planos de saúde estão correndo qualquer tipo de risco financeiro, de equilíbrio econômico. Nesse

RESOLVA SUAS DÚVIDAS JURÍDICAS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA E 100% ONLINE.

O Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica que conta com especialistas na defesa dos direitos de professores, e que oferece consultas gratuitas aos representados pelo SINPRO/RS.

Agende agora um atendimento remoto ou presencial e descubra tudo o que podemos fazer na luta pelos seus direitos previdenciários e trabalhistas.



Acesse o QR Code e fale com um de nossos especialistas.



CAINELLI
ADVOGADOS

AO SEU LADO, POR SEUS DIREITOS.

 cainelliadvogados.com.br

 Porto Alegre
Av. Praia de Belas, 1212, sala 1321
51 3237.2791

 51 98060.3579

 Bento Gonçalves
R. General Osório, 248 - Centro
54 3452.1906

sentido, ela ressaltou os lucros recordes do setor nos últimos anos.

EC – Os planos de saúde atraíram quase 2 milhões de novos usuários na pandemia e tiveram um aumento de R\$ 10 bilhões na receita em 2021, totalizando um faturamento de R\$ 239,9 bilhões.

Carolina – É um setor que, mesmo num ambiente adverso de crise econômica, de pandemia, vem sendo marcado por lucros sucessivos e recordes sucessivos nesses lucros, de sorte que não há o que se falar em qualquer tipo de perigo financeiro para os planos de saúde. Se trata, na verdade, de obter mais lucros do que já se tem.

EC – Mas o placar da votação demonstra que o argumento venceu parte da Corte...

Carolina – Fomos surpreendidos com o placar, digamos, de lavada, de seis votos a favor da taxatividade do rol e três votos a favor da exemplificatividade, sendo que muitos ministros que, durante toda sua vida, entenderam dessa forma e, dois dias antes, tinham votado pela exemplificatividade do rol mudaram de forma totalmente surpreendente seus entendimentos. E, como a gente tem argumentado, com fundamentos que não se sustentam, sobretudo preocupados com a saúde financeira dos planos de saúde quando não existe qualquer indício que os planos estejam correndo qualquer risco.

EC – Na prática, o que eles decidiram?

Carolina – Neste julgamento do dia 8, o STJ firmou tese no sentido de que o rol é taxativo, mitigado, portanto, em situações excepcionais nós poderíamos obter uma decisão judicial. Porém, já existem várias críticas em relação aos requisitos que deverão ser comprovados, uma vez que esses requisitos são, na verdade, os trabalhos de Hércules. A gente chama em Direito “prova diabólica”, uma prova impossível de se fazer e de se obter. Os critérios são difíceis e foram feitos realmente pra negar o acesso à justiça. Esse é o panorama.

EC – Cabe recurso, mas a decisão expressa o entendimento do STJ, que é a instância final da maioria das ações envolvendo planos de saúde.

Carolina – A decisão não é vinculativa, ou seja, ela não é automática para todos os juízes e tribunais do Brasil, mas é uma decisão de órgão de cúpula e orienta a posição dos tribunais e dos juízes do país inteiro, sendo que, como consequência, nós vimos já a negativa de liminares, processos sendo julgados improcedentes. Cada dia mais, tratamentos que haviam sido concedidos administrativamente sendo tirados. Nós estamos falando de oxigênio, de *homecare*, de bomba de insulina e de tudo aquilo que a gente imagina de gravíssimo. Ontem mesmo (dia 7 de julho) teve hospital especializado no tratamento do AVC sendo descredenciado por plano de saúde porque a prática deles não constaria do rol da ANS.

EC – As consequências são trágicas e muito graves. Por quê?

Carolina – Essa decisão afeta diretamente a saúde dos usuários. Coloca em risco a vida. Nós já vimos vários procedimentos seriíssimos sendo cortados. Estamos falando de tratamento de câncer, tratamento de pessoas com AVC, com diabetes, com doenças raras e pessoas com deficiência. Os grupos mais vulneráveis da sociedade e grupos em que aquele tratamento indicado pelo médico pode significar a vida ou a morte da pessoa. Então, não existe tempo. A gente tem pressa de uma decisão justa, de uma organização justa das coisas. E, além de colocar em risco a vida desses pacientes, existem grupos para os quais determinadas terapias e tratamentos significam sobrevivência e qualidade de vida. É importante dizer que essa qualidade de vida não é qualquer coisa. Nós estamos falando de grupos de pessoas com síndromes raras, com determinados tipos de deficiência para as quais determinadas terapias significam ter um mínimo de autonomia ou ficar numa situação extremamente devastadora, triste e de grande sofrimento.

“Essa decisão afeta diretamente a saúde dos usuários. Coloca em risco a vida. Nós já vimos vários procedimentos seriíssimos sendo cortados. Estamos falando de tratamento de câncer, tratamento de pessoas com AVC, com diabetes, com doenças raras e pessoas com deficiência”

EC – Quais grupos?

Carolina – Nos casos de deficiência como paralisia cerebral, deficiência intelectual e outras, Síndrome de Down, em que a falta de tratamento no momento adequado vai significar uma vida muito difícil, de dependência, de não conseguir trabalhar, de não dar conta de tarefas mínimas do dia a dia. A situação é muito séria. A gente tem esses grupos mais prejudicados, mas também estamos falando dos 50 milhões de usuários de planos de saúde e todos os usuários do SUS. Portanto, é um assunto de saúde pública e não só das pessoas que necessitam desses tratamentos.

EC – Pessoas com autismo conhecem bem essa privação.

Carolina – Esse tema tem sido levantado dentro da comunidade autista, uma vez que nós somos grandes usuários dessas terapias que não estão contempladas no rol da ANS e que, portanto, sempre precisamos judicializar para obter esses tratamentos. Embora tenha ocorrido isso, o fato é que essa decisão serve para todos os brasileiros. Serve para os 50 milhões de usuários dos planos de saúde e para a população que não conta com saúde complementar. Ela tem efeitos para todos.

EC – Ou seja, a bomba vai estourar no SUS?

Carolina – A gente precisa considerar que, em geral, as pessoas não querem usar o plano de saúde, mas ninguém sabe o que a vida vai reservar. Então, você passa a vida inteira pagando plano de saúde e chega o momento em que vai precisar de um tratamento específico e não vai ter. Essa é a ideia da mutualidade do plano de saúde. Mas não podemos desconsiderar também que a partir do momento em que nós não podemos buscar o plano de saúde, com absolu-

ta certeza vai restar a obrigação do Estado pelo Sistema Único de Saúde. De uma forma ou outra, a gente vai ter impactos severos em cima do sistema de saúde pública, o que, na verdade, vai gerar uma coisa única no mundo que é o Estado sendo garantidor do lucro das empresas privadas. Um triplo subsídio dos planos de saúde, um negócio totalmente sem risco, algo que não existe no mundo.

EC – Como enfrentar o lobby dos planos de saúde?

Carolina – As operadoras têm uma força financeira muito grande. Existe um trabalho estruturado tanto dos escritórios de advocacia quanto de uma advocacia, quer dizer, de um trabalho de convencimento de todos os poderes públicos. Seus interesses não são representados só no Judiciário, mas também nos executivos, nos legislativos, no plural, porque a gente está falando de um trabalho grande que é feito não só em nível de Congresso Nacional e Poder Executivo Federal, mas em todas as esferas dos entes federados. Em qualquer organização a gente vai encontrar representação dos planos de saúde. Com relação à paridade de poderes, a gente precisa entender que os usuários não têm o mesmo poder. As instituições que representam o consumidor, as pessoas com deficiência e das mais diversas condições e patologias, elas não têm a mesma força financeira e de estrutura que os planos de saúde e que, embora a gente consiga fazer muito barulho nas redes sociais e nas manifestações, o lobby dos planos de saúde atua diariamente de forma silenciosa e extremamente organizada. É muito difícil para as entidades e para o consumidor competir com esse trabalho.

Leia na íntegra:
www.extraclasse.org.br

Unisinos fecha 12 PPGs

Com a justificativa de “promover o equilíbrio financeiro da instituição e sua preparação para crescer de forma sustentável nos próximos anos”, a Unisinos surpreendeu estudantes e professores com o cancelamento de quase 50% dos cursos do Programa de Pós-Graduação. Alunos e professores demonstraram indignação, alegando que foi uma decisão “sem debate”.



Foto: Unisinos/Divulgação

Cadeia produtiva do algodão orgânico firma parceria com rede de varejo

A Central Justa Trama, com sede em Porto Alegre e cooperativas de trabalhadoras atuando em rede em cinco estados, está comemorando uma parceria inédita para a comercialização de roupas produzidas de forma sustentável por mulheres cooperativadas. Firmado com o Instituto Renner, o acordo prevê o aprimoramento da produção sustentável em

fases como a serigrafia e o reaproveitamento de materiais e viabiliza a venda das peças de vestuário pelo site da rede de varejo Lojas Renner. Para a costureira Nelsa Nespolo, fundadora e presidente da Cooperativa Justa Trama, a parceria contempla uma das fases mais difíceis do segmento.

MOISÉS MENDES

Os amigos nazistas dos Bolsonaro

Em artigo, Moisés Mendes trabalha as coincidências entre a família Bolsonaro e seus aliados nazistas na política mundial, principalmente o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, que o presidente chama de irmão.

Além dele, documentos também mostram o envolvimento com Péter Szijjártó, ministro das Relações Exteriores húngaro, que ofereceu ajuda para manter Bolsonaro no poder, e com a líder nazista e deputada alemã Beatrix von Storch, a quem o presidente recebeu em Brasília.

Lembremos que Bolsonaro foi, no começo do governo, o falso camaleão que chegou a ir a Israel para dizer que era amigo do seu povo. Judeus brasileiros ultraconservadores, que topam qualquer negócio, e que sabiam quem era Bolsonaro, o aplaudiram, em abril de 2017 na Hebraica no Rio de Janeiro.

JOSÉ LUÍS FERRARO

A utilidade do inútil e a crise do ensino superior privado

Para o *Extra Classe* online, José Luís Ferraro traz uma reflexão sobre a obra *A utilidade do inútil – Um manifesto*, publicado pelo filósofo italiano Nuccio Ordine. Basicamente, a argumentação do autor se concentra em torno da ideia de que é falsa a crença de que aquilo que é útil está tão somente associado a uma dimensão pragmática ou ao que avanta possibilidade de lucro – em que pese a racionalidade empresarial, historicamente, tenha modelado o senso comum em direção a isto: à valorização do indissociável binômio utilidade-lucratividade. Nestes termos, há um corte produzido por uma ideia dominante que define na sociedade o que é útil e o que é inútil.

Ferraro também aborda a situação da precarização do ensino superior privado do Brasil. No ensino superior – principalmente privado –, o inútil parece estar associado aos cursos de graduação não superavitários ou aos programas de pós-graduação, os quais, pelo menos desde o golpe de 2016, foram esvaziados por políticas obscurantistas e contrárias ao desenvolvimento da ciência.

SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Diferencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com o SINPRO/RS.

QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS? ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.

☎ 54 3282-9000 📞 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.



Muito além da cloroquina: uso abusivo de corticoides fez parte do coquetel de erros médicos da pandemia

por Pedro Nakamura

O suposto tratamento precoce promovido pelo governo Bolsonaro como solução para a covid-19 não se limitou à hidroxicloroquina. Outros remédios também foram usados à revelia de estudos científicos, ainda que as evidências apontassem que esses fármacos poderiam até fazer mal se usados da maneira incorreta. Com função validada pela ciência para o tratamento de pacientes internados, corticoides também têm sido aplicados de forma errônea ao longo da pandemia. Em associação ao “kit covid”, médicos entusiastas do tratamento precoce promoveram o uso domiciliar de remédios como prednisona, dexametasona e metilprednisolona e a aplicação de ultradoses dessas drogas, terapias que podem ter efeitos adversos incertos e atrapalhar a recuperação de pacientes

Em fevereiro de 2021, completava-se quase um ano de pandemia da covid-19, mas a médica intensivista e doutora em pneumologia Ana Carolina Peçanha ainda internava pacientes que estavam tomando remédios ineficazes contra a doença. Na UTI do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, onde ela trabalha, para além do famoso “kit covid”, com ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina, outro receituário também chamava atenção: altas doses de corticoides, classe de medicamentos que agem na supressão da imunidade e têm efeitos anti-inflamatórios. “Alguns pacientes que chegavam tomaram doses elevadas ainda em tratamento domiciliar”, declara a intensivista.

Na época, o uso desses remédios já era consagrado para o tratamento da doença, mas só para casos muito específicos, como em pacientes hospitalizados em necessidade de tratamento com oxigênio ou respirador mecânico – ou seja,

não deveriam ser receitados antes da internação. “Dar corticoide em uma fase em que nosso sistema imune ainda é capaz de dar conta do vírus (como em casos leves ou moderados) pode fazer mais mal do que bem”, explica Peçanha. E esse tipo de uso não parou em 2021. Em julho deste ano, por exemplo, o cirurgião vascular Seleno Glauber atendeu uma paciente saudável, mas positivada para covid-19, que chegou à consulta relatando estar tomando altas doses do fármaco, quase o dobro do que seria recomendado para hospitalizados. “Paciente assintomática vacinada testou positivo para covid. Médico passou azitromicina e corticoide e cobrou R\$ 700 pela consulta via WhatsApp”, desabafou Glauber.

A corticoterapia foi um dos primeiros tratamentos a terem eficácia comprovada contra a covid-19. A evidência veio por meio do estudo britânico Recovery, o qual testou mais de 15 fármacos diferentes contra a doença em cerca de 40.000 pa-

cientes – o ensaio clínico teve seus resultados preliminares divulgados em julho de 2020. A pesquisa, no entanto, apontou benefício do uso da dexametasona, um potente corticoide, apenas para pacientes hospitalizados, em oxigenoterapia ou ventilação mecânica. Já o uso domiciliar, ou ambulatorial, pelo contrário, foi correlacionado a uma maior mortalidade. “Eles viram que o paciente fora de oxigenoterapia se prejudicava com o corticoide”, afirma Peçanha. O mesmo Recovery, aliás, também testou hidroxicloroquina e azitromicina e não encontrou eficácia contra o coronavírus em nenhum dos casos.

“Entre maio e julho de 2020 começam a sair esses grandes estudos britânicos. Depois deles, saíram outros que cancelaram esses dados, mas a linha mestra saiu dali. Houve a transição de todo mundo ler o resultado e começar a aplicar”, lembra o médico intensivista Wagner Nedel, do Hospital Conceição de Porto Alegre.



Ana Carolina Peçanha do HCPA

Sem evidências, mas com endosso do Ministério da Saúde

Nedel se recorda de ver protocolos que recomendavam o “kit covid” associado ao uso de corticoides circularem pelo WhatsApp de médicos desde o início da pandemia. “Eram tratamentos sem embasamento científico”, assegura. No entanto, muitos desses protocolos divulgados entre abril e junho de 2020 influenciaram políticas públicas de combate à pandemia e catapultaram médicos antes desconhecidos à condição de influenciadores digitais. Com isso, quando foram publicadas as primeiras evidências que apontavam a ineficácia da cloroquina, por exemplo, esses mesmos

profissionais as negaram de pronto. “Vejo que o kit covid promoveu um conforto cognitivo naquela época, um falso senso de tranquilidade, de que médicos sabiam o que estavam fazendo e de que não haveria ainda uma grande incerteza sobre a doença”, pondera Peçanha.

Um desses protocolos que circulava por grupos de WhatsApp foi batizado de “protocolo de Madrid”, criado por uma médica piauiense radicada na Espanha, a internista Marina Bucar. Com base na experiência pessoal de Bucar em um hospital universitário espanhol ainda em março de 2020, a receita

era simples: cloroquina e azitromicina para sintomas leves, e corticoides para a “fase inflamatória”, suposto momento da doença em que surgiriam febre e inflamação pulmonar, mas sem sinais de falta de ar ou necessidade de oxigenoterapia. “Essa divisão em fases da covid usada nesse tratamento precoce não existe. Não temos essa separação, nem é validado pelos órgãos científicos internacionais. É algo à margem das evidências”, rebate Peçanha.

Com a chegada do vírus ao Brasil, o “protocolo” de Bucar passou a ser aplicado no interior do Piauí, a partir do município de Floriano, onde sua família mantém uma faculdade privada. A fama nacional veio após um vídeo da ex-ministra da Família e Direitos Humanos Damares Alves, que visitou a cidade e afirmou ter testemunhado um “milagre” com o uso das orientações. “Estou levando o protocolo que é usado aqui, monitorado por uma cientista que tá na Espanha, o protocolo de Madrid, feito por uma brasileira (Marina Bucar), e estou levando para o Brasil inteiro”, disse Alves à época, em maio de 2020.

Bucar não respondeu à tentativa de contato da reportagem via Instagram – a médica tem hoje 83 mil seguidores na rede social.

Semanas depois, o Ministério da Saúde publicou orientações no manejo da covid-19 que, além do kit covid, recomendavam a corticoterapia domiciliar. Na esteira do protocolo de Bucar, o material também orientava a pulsoterapia de corticoides para pacientes hospitalizados graves – ou seja, o uso de altas doses em curtos períodos de tempo – com o objetivo de imunossuprimir o paciente. Arriscada, ainda hoje não há evidências nem estudos que atribuam eficácia à técnica. “Se houvesse uma unidade no combate à covid, não teríamos médicos na dúvida se devem acreditar no protocolo que receberam via WhatsApp. O Ministério da Saúde foi alvo de uma ação deliberada de pseudociência, em que todos os ministros contrários ao kit covid ou a favor de medidas não farmacológicas, como o isolamento, eram postos para fora”, critica o médico infectologista Alexandre Naime, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia.



Foto: HCPA / Divulgação

O “milagre” dos corticoides

A ideia por trás do uso de corticoides contra a covid-19 seria prevenir a “tempestade de citocinas”, uma resposta imunológica excessiva associada a maior mortalidade por covid-19 – a classe de fármacos agiria impedindo essa super-resposta do corpo ao vírus. “Existia essa plausibilidade de que o corticoide funciona? Sim, mas aí se estudou e viu que era apenas em uma determinada situação. Nem muito no começo da doença (o uso proposto no tratamento precoce), porque, ao cortar a resposta imunológica inicial, o vírus pode agir mais e você induzir essa reação exagerada mais tarde, e também nem no final, porque a resposta imunológica já passou”, considera o médico rádio-oncologista Marcos Santos, professor da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília (UnB).

Ainda assim, apesar das evidências científicas em contrário,

não faltaram histórias de supostos “milagres” com o uso de corticoides, como o relatado por Damares no Piauí. Outro caso aconteceu no Pará, em um dos momentos em que os hospitais do estado estavam à beira do colapso, em meados de junho de 2020. Na época, unidades de saúde locais seguiram recomendações do médico imunologista paulista Roberto Zeballos, que propôs o uso domiciliar de corticoides, antibióticos e anticoagulantes para pacientes positivados, com o objetivo de prevenir internações. A “experiência” foi anunciada como o “milagre do Pará”, que teria tratado 323 pacientes e resultado em apenas 40 internações e uma morte. Na época, Zeballos foi alçado à condição de uma das estrelas do tratamento precoce no país. Como o protocolo de Bucar, as receitas do imunologista também se espalharam Brasil afora e passaram a ser promovidas por pequenas pre-

Foto: Igor Sperotto



feições, clínicas privadas e hospitais regionais.

Em agosto de 2021, mesmo após evidências apontarem que o uso domiciliar de corticoides não tem eficácia, Zeballos publicou resultados do suposto “milagre” na SCIRP, uma revista considerada predatória por publicar artigos de baixa qualidade mediante pagamento de taxas editoriais. Nas conclusões, o médico indicava que o tratamento proposto reduzia a necessidade de hospitalização. “Esse

uso, que não funciona para covid, pode causar retenção de líquido e crise hipertensiva. Em idosos, pode gerar alterações neurológicas e episódios de confusão. Nos diabéticos, há o risco de descontrole da glicemia. Já em casos mais leves, em tese, poderia retardar o desaparecimento da doença”, avalia o médico intensivista Wagner Nedel. Zeballos foi contatado por meio de sua secretária pessoal, mas estava de férias e não retornou até o fechamento desta reportagem.

O que diz a ciência sobre corticoides contra covid-19?

Tanto o uso de corticoides via oral em pacientes leves, que estão em tratamento domiciliar e não precisam de internação hospitalar ou de suporte de oxigenoterapia, como também o de doses altas e imunossupressoras em pacientes graves e internados são incorretos, diz o médico infectologista Alexandre Naime, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). “O único uso comprovado são 6mg de dexametasona duas vezes ao dia em pacientes em oxigenoterapia. Qualquer coisa que fuja disso está fora do lastro científico”, diz. Naime conta que ver pacientes recebendo corticoides em casos de covid-19 leve não tem sido incomum durante a pandemia, e ressalta que o uso domiciliar do remédio pode piorar quadros ou, a depender da dose receitada, gerar infecções oportunistas, dado o enfraquecimento na imunidade do paciente. “No entanto, é um remédio importantíssimo para o tratamento da covid em quem necessita de oxigênio ou ventilação mecânica”, ressalta o infectologista.

Médicos têm autonomia para ignorar evidências?

O médico rádio-oncologista Marcos Santos, professor da Cátedra Unesco de Bioética da UnB, explica que a primeira obrigação ética da medicina é não causar dano ao paciente, e que a segunda é beneficiá-lo por meio dos tratamentos receitados. “Então, pelo conhecimento atual, cada vez mais não estou sendo beneficente ao não usar as melhores evidências disponíveis”, diz Santos. Na avaliação do professor, a decisão do Conselho Federal de Medicina que autoriza a prescrição de remédios ineficazes contra a covid-19 à revelia de evidências abriu brecha para a politização de um debate científico, o que dificultou a implementação de medidas comprovadas. Nesse bojo, a autonomia médica, um dos nortes da profissão, se tornou a justificativa para a oferta de tratamentos pseudocientíficos. “Tenho autonomia para usar cloroquina na covid hoje, por exemplo? Não, por causa da falta de beneficência”, conclui.

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Como a pandemia impactou (e segue impactando) nossas vidas

“Sair desse período de dois anos de pandemia, com a ideia de que ‘precisamos voltar logo à normalidade’, sem dar o devido peso ao que está acontecendo no mundo, parece ser a receita certa para alimentar novas tragédias”

Foto: Lucas Maura/ Secom/ PMS



Como medir o impacto da pandemia de covid-19 em nossas vidas? A própria ideia de “medir” já é complicada. Como medir? E o impacto, na verdade, constitui-se de muitos impactos, alguns mais dramaticamente expostos, como a perda de vidas de alguém próximo, outros menos evidentes e mensuráveis.

Foram pelo menos dois anos de isolamento, mas, durante esse período, o mundo não parou. Pelo contrário, mudanças estruturais profundas aconteceram no modo de funcionamento do trabalho, das relações de produção, de troca, na geopolítica e nas formas de relacionamento social, entre outras dimensões. Em meio a tudo isso, em 2022, a vida começou a “voltar ao normal”. Para muitas pessoas, sempre é bom lembrar, o isolamento sequer foi uma opção, pois tiveram que seguir trabalhando na rua (os que tinham trabalho, é claro).

Por razões até compreensíveis, muita gente não quer mais saber de falar ou pensar sobre a pandemia, preferindo virar a página do modo mais rápido possível. É compreensível, porque foram dois anos extremamente duros. No entanto, não é só que a pandemia não acabou e já somos defrontados com

um alerta sanitário global para a varíola dos macacos, mas que ela impactou e segue impactando nossas vidas em uma dimensão que não pode simplesmente ser varrida para debaixo do tapete. Quer dizer, poder pode, quem quiser pode fazê-lo, mas disso não se seguem os impactos que irão juntos para debaixo do tapete.

Ainda mais para nós, moradores do Brasil e, em particular do Rio Grande do Sul, que vivemos um processo de violação massiva de direitos e de privatização de patrimônios públicos que, em outros países, apontados como os mais desenvolvidos e exemplos a serem seguidos por nossas “elites liberais”, estão sendo colocados de novo sob o guarda-chuva do controle público em função de seu caráter estratégico, como, por exemplo, as empresas de abastecimento de água e de energia. A situação de isolamento causada pela pandemia favoreceu que o slogan formulado pelo governo Bolsonaro de “passar a boiada” fosse adotado em diversos estados, como aconteceu aqui no RS com o governo Eduardo Leite. A privatização da CEEE-G (braço de geração da Companhia Estadual de Energia Elétrica), no final

de julho, é o capítulo mais recente do atropelo da boiada no Estado.

Mas os atropelos não se limitam às violações de direitos fundamentais e destruição de patrimônios públicos, o que já seria suficientemente grave. Nos últimos dois anos, a chamada “crise climática”, expressão que parece não carregar a carga dramática necessária para instruir a percepção sobre o que está acontecendo no planeta, também se agravou. Temos, portanto, uma confluência de crises, a qual se soma à crescente militarização da agenda política das nações. Assim, sair desse período de dois anos de pandemia, com a ideia de que “precisamos voltar logo à normalidade”, sem dar o devido peso ao que está acontecendo no mundo, parece ser a receita certa para alimentar novas tragédias.

Vários analistas, como o cientista político José Luís Fiori, por exemplo, vêm alertando para os sinais de guerra no horizonte, entre os quais o que está acontecendo na Ucrânia pode ser só uma “preliminar”. “Uma nova ordem mundial está nascendo à sombra dessa nova guerra europeia, como já aconteceu no caso da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais”,

escreveu Fiori no artigo “O mundo depois da Ucrânia”. Essa nova ordem mundial, acrescenta, “está cada vez mais parecida com seu modelo original criado pela Paz de Westfália de 1648. A grande diferença é que agora esse sistema incorporou definitivamente a China, a Rússia, a Índia e mais outros 180 países, e não terá mais uma potência ou região do mundo que seja hegemônica e defina unilateralmente suas regras”.

É neste mundo que estamos, neste agosto de 2022. A “normalidade” que vivemos é marcada por uma confluência de crises, cuja dimensão e gravidade possivelmente sejam inéditas na história recente da “civilização”, conceito que também parece ser questionado pelos acontecimentos recentes. No início da pandemia e do processo de isolamento, muito se disse sobre a oportunidade de aprendermos algo com o que estava acontecendo, sobre a possibilidade de uma mudança de percepção mais profunda sobre nossa presença e nossas relações no planeta. Passados mais de dois anos e muitas perdas, parece que essa mudança não ocorreu, ou, se ocorreu, ainda transita em níveis mais subterrâneos e clandestinos.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Formação para professores ou cursos caça-níqueis?

por Flávio Ilha

Já pensou em estudar Pedagogia de graça, sem precisar de nenhum pré-requisito, sem sair do lugar e com reconhecimento do Ministério da Educação? Pois é exatamente o que anuncia o portal Educaweb – embora isso não seja verdade. A proliferação de cursos milagrosos para uma das áreas mais estratégicas da educação preocupa os especialistas: além dos enganosos “cursos gratuitos”, há oferta de formação exclusivamente em ensino a distância (EaD) e com mensalidades irrisórias, às vezes inferiores a R\$ 100

O caso da Educaweb é um dos mais emblemáticos. O marketing da empresa oferece, de maneira enganosa, formação gratuita em várias áreas profissionais. Além de Pedagogia, campos tão díspares quanto Farmácia, Direito, Economia e até um improvável “curso de autismo”.

A fórmula é simples: basta se inscrever nas plataformas de cada área, escolher a formação e assistir aos vídeos hospedados no site. Não há nenhum pré-requisito para acessar os conteúdos. A avaliação final consiste em uma prova online com 10 questões, das quais o formando precisa acertar pelo menos seis.

Só que, para garantir a obtenção do certificado, que, teoricamente, vai turbinar as carreiras de quem se dispuser a assistir às aulas, é preciso pagar uma taxa que varia de R\$ 24,90 para um curso de 10 horas-aula até R\$ 99,90 para uma formação de 360 horas. Se o pagamento for por Pix, a Educaweb garante que o documento fica disponível em até cinco minutos.

O certificado, entretanto, não vale nada, embora a propaganda da empresa, no caso do curso de Pedagogia online, sugira que o aluno sairá apto para o mercado de trabalho. Apesar de tratar as videoaulas como formação na área da educação, inclusive para ingresso em um mercado de trabalho “constantemente aquecido”, a empresa reconhece que não habilita profissionais. “Nossos cursos são na modalidade livre, de aperfeiçoamento profissional. É possível utilizar (os certificados para diversos fins, como progressão ou promoção. Mas para ser pedagogo, precisa de graduação”, informou um comunicado da empresa enviado à reportagem.

O Educaweb é um dos campeões de queixas no portal Reclame Aqui, com mais de uma centena de postagens relatando problemas variados – desde certificados pagos e não entregues até cursos incompletos – e pedidos de devolução dos valores investidos.

“Procurei no Ministério da Educação se o certificado é válido, mas não aparece nada dessa empresa”, garantiu uma usuária do interior de São Paulo. A professora Marhen Omellas, da rede pública de Mato

Grosso, também não teve o certificado emitido pela empresa aceito pela Secretaria de Educação do estado porque não constam, no documento, nem data nem local de realização do curso. A professora não conse-

guiu a progressão funcional prometida pela propaganda da empresa.

Questionada sobre o reconhecimento por parte do ministério, a Educaweb alega que os cursos livres, modalidade na qual se en-

quadra, "têm total amparo e base legal". Mas admite que não cabe ao MEC reconhecer sua certificação. "O aluno deverá checar as exigências contidas nos editais de concursos, processos seletivos e empresas

onde pretende apresentar o certificado, pois cada instituição tem normativos educacionais próprios", informou. Além disso, a Educaweb adverte que, após emitido, o certificado não é reembolsável.

Graduações a preço de banana

Não são as únicas pegadinhas nos cursos de formação de educadores que proliferam pelo país. No Rio Grande do Sul, dezenas de faculdades anunciam graduação em Pedagogia com mensalidades abaixo de R\$ 200. Em pelo menos uma delas, com aulas exclusivamente a distância, o valor fixado é de R\$ 99. "Vemos essas ofertas com muita preocupação na medida em que precarizam o processo de formação docente. Só quem ganha são as escolas mercantilistas, que deixam de investir em qualidade para privilegiar o lucro", afirma o professor Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS.

Nas três unidades da Anhanguera em Porto Alegre, a licenciatura em Pedagogia custa a partir de R\$ 159 mensais utilizando apenas a nota do Enem para ingresso. É possível escolher as modalidades a distância e semipresencial, na qual os alunos vão à faculdade apenas uma vez por semana. A avaliação do curso pelo MEC varia de notas 2 e 3 – dependendo do índice –, em uma escala que vai até 5.

Nas quatro unidades da Estácio de Porto Alegre, por sua vez, a licenciatura em Pedagogia é oferecida por mensalidades a partir de R\$ 169 na modalidade a distância – um desconto de 60% sobre o valor

original. É possível inscrever-se em poucos minutos, utilizando a nota do Enem ou o chamado "ingresso simplificado", em que o aluno envia apenas uma carta de apresentação. A avaliação do MEC também é insatisfatória, situando-se entre as notas 2 e 3.

"É um escândalo. A preponderância dessa lógica mercantil está acabando com a qualidade acadêmica. Hoje, oito em cada dez alunos de Pedagogia no país cursam suas graduações a distância", alerta o educador Ivan Gontijo, diretor da ONG Todos pela Educação.

Segundo ele, o crescimento desenfreado desses cursos resulta em aulas meramente teóricas e nenhuma prática de ensino para os futuros professores. "Tanto os cursos presenciais quanto a distância são muito teóricos. O estudante lê sobre os grandes pensadores da educação e tem aulas expositivas, mas com poucas oportunidades de estágios supervisionados e raras discussões de casos reais", alerta.

Em 2010, o índice de ensino a distância nos cursos de formação de professores mal a chegava a 30%. Em 2017, esse índice passou a 60%, enquanto no ano passado se aproximou dos 80%. No período, o número de novos alunos na

área cresceu 163% na modalidade a distância e recuou 14% na modalidade presencial.

Isso acontece, de acordo com Gontijo, pela confluência de alguns fatores. "Não só existe uma grande demanda por novos professores, como os custos de se manter um curso a distância de licenciatura são menores do que em algumas carreiras que demandam, por exemplo, equipamentos de laboratório. Além disso, outras áreas que também têm alto número de matrículas no presencial, como o Direito, não podem ser oferecidas na modalidade EAD, devido, em parte, à pressão das categorias profissionais", explica.

O perfil desses estudantes, por outro lado, é feminino e majoritariamente pobre. Segundo um levantamento da IDados, empresa especialista em pesquisas de educação, ao ser comparada com as demais carreiras de graduação, a Pedagogia se destaca pela prevalência quase total de estudantes mulheres (93%) e pela maior incidência de estudantes que vêm de famílias com poucos recursos.

Para Frei David Santos, diretor-executivo da Educafro, ONG com sede em São Paulo focada na inclusão de estudantes negros, a

carreira de Pedagogia tem esse perfil porque é estruturado para atrair a classe social mais vulnerável: mulheres pobres. "Existe um total desinteresse da classe média em ser professor", pontua.

"O curso a distância tem sido uma opção em vista da adaptação ao horário, a disponibilidade de tempo, para cuidar de filho, cuidar da casa", diz Santos. Conforme ele, as pessoas que estudam e trabalham são, em geral, de famílias com renda mais baixa, que não podem se dedicar apenas à faculdade. Além disso, ele ressaltou o fato de que as faculdades privadas investem em cursos de Pedagogia pelo baixo investimento exigido.

O novo regulamento dos cursos de Pedagogia, aprovado em 2019, reconhece que a formação de professores deve estar estritamente associada à prática, que "precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos, quanto nos específicos". As normas preveem pelo menos 800 horas de prática pedagógica, metade das quais em estágio supervisionado e outra metade em sala de aula. Poucas faculdades, porém, atendem a essa determinação.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

www.sinprors.org.br **sinprosaúde**

100 famílias ganham a vida recuperando solos do Cerrado

por Cristina Ávila

Famílias nativas da Chapada dos Veadeiros em Goiás, especialmente mulheres quilombolas Kalunga, de um dos maiores territórios tradicionais negros do Brasil, ganham a vida com a coleta e venda de sementes originárias do Cerrado para a recuperação de solos degradados. A luta pela sobrevivência tem significativos resultados ambientais, mas gera a ira de fazendeiros, que provocam incêndios ilegais na região. Eles resistem ao plantio de 800 hectares em áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais, mesmo sem ter que pagar pela iniciativa. O parque protege centenas de nascentes e é uma das maiores e últimas reservas de Cerrado protegido do Brasil. Ampliado para 240 mil hectares em 2017, em seguida sofreu o que se considera o maior episódio trágico ambiental de sua história – um incêndio que consumiu cerca de 30% de sua área. Em 2021, novamente foi atingido gravemente pelo fogo

Além de coletor, liderança e articulador de pessoas em torno da associação, Claudomiro é um curioso pesquisador prático

Piiiiiii", com um soquinho e, em seguida, a mão se abrindo ao som que imita o atrito de sementes jogadas ao vento, Claudomiro Almeida Cortes, o Clau, chega cumprimentando as pessoas. Filho de uma família agricultora com 13 irmãos, ele já foi garimpeiro de cristais como o pai na sobrevivência pela vida. Até o dia em que pegou um serviço temporário de brigadista de combate a incêndios no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás, onde nasceu, de parto natural, em casa. E se apaixonou pela ideia da conservação ambiental. Acabou fundando a Associação Cerrado em Pé, hoje com cem famílias que colhem grãos nativos para a recuperação de áreas degradadas.

Clau tem 40 anos e era chamado de "doido" pelos amigos que o viam catando sementes de capins na beira de estradas de São Jorge, distrito onde mora, de ruas sem calçamento, sempre cheio de turistas do país e do mundo. Com 7 mil habitantes, Alto Paraíso tem a réplica de um disco voador como portal de entrada, fama de mística e 120 cachoeiras catalogadas, em região de montanhas, a 230km de Brasília (DF) e 420km de Goiânia (GO). O município e o parque são alvos de grandes incêndios criminosos e da ganância de fazendeiros interessados no plantio de soja. O combate pela restauração é feito por uma tecnologia conhecida por "muvuca".

"Muvuca é uma mistura de vá-

rias sementes nativas, semeadas diretamente no solo. Ou simplesmente sinônimo de semeadura direta", explica o engenheiro florestal com especialização em ecologia Alexandre Sampaio. A técnica é a mesma do cultivo agropecuário de pastagens africanas, porém é novidade na restauração ecológica e geração de renda, que pode chegar até R\$ 80 mil anuais por família, segundo o pesquisador. Ele é analista ambiental do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC) do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Esse Centro é responsável pelo atendimento de todas as unidades de conservação do país em relação a ações de restauração ecológica.

A Cerrado em Pé começou com a restauração do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 3 hectares em 2012, chegando ao total de 179 no ano passado (cada hectare equivale a 10 mil m²). Neste ano, serão mais 30 nesta soma, financiados pela WWF (20 ha) e pela multinacional do agronegócio Cargill (10 ha). Um projeto aprovado pela Caixa Econômica Federal começou em 2022 e vai até 2024 a financiar mais 800 hectares em áreas de preservação ambiental (APPs) e reservas legais em propriedades particulares, embora a iniciativa não esteja tendo boa receptividade entre fazendeiros, mesmo que eles não tenham custos.

Alexandre Sampaio conheceu essa técnica de restauração com a

pioneira Associação Rede de Semente do Xingu, do Pará e Mato Grosso, criada em 2007, e que passou a vender muvuca em 2017, a partir da regulamentação da Instrução Normativa nº 17, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). "Na Chapada dos Veadeiros, foi desenvolvida pela prática, com tentativas e erros, mas sempre acompanhada de muita pesquisa científica." Experimentos científicos demonstram que a semeadura direta cria plantas muito mais resistentes ao clima árido, além de oferecer alta diversidade genética e custos me-

nores. Mas não se descartam consórcios com espécies comerciais na agricultura familiar.

Conforme o analista ambiental, o resultado da muvuca é muito mais parecido com uma floresta natural. "Com mudas, mais se assemelha a um bosque", compara. Ele cita que as áreas de vegetação nativa da região geralmente têm cerca de 300 espécies, a maior parte gramíneas e arbustos. Com a semeadura direta, se chega a 30 ou 40. "É um processo. Só vai avançar fazendo. E na Chapada, foi possível porque conta com a liderança de Claudomiro", relata.



Mama-cadela, planta medicinal conhecida como chiclete do cerrado pois pode ser mascarada



Flor do pequi, árvore-símbolo do cerrado no estado de Goiás

Tantas sementes na terra quanto estrelas no céu

“Quero plantar tantas sementes como as estrelas que têm no céu”, ressalta Clau. Ele garante que a meta é possível, mostrando com o dedo milhares de sementes caídas na terra na área de plantio das espécies de capins – o amargoso, orelha de coelho, capim roxo, carapato, rabo de burro e muitos outros. Com dois anos de semeadura, já estão viçosos no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

No Cerrado, campos e arbustos são preponderantes. E os capins nativos têm importância fundamental. Ao contrário da braquiária, a exótica que compacta o solo, as gramíneas naturais do bioma ajudam as chuvas a escorrerem devagar e funcionam como esponjas na recarga de mananciais.

Claudomiro Cortes conta que, em 2009, a primeira coleta de se-

mentes foi de três quilos e meio. Em 2012, a primeira família associada, com cinco pessoas, colheu 600 quilos. Em 2016, foram 64 famílias com 12 toneladas. Hoje, são mais de 100 famílias. Ele afirma que os ganhos são de acordo com a produção, mas relata que há também tarefas de plantio, e que cada trabalhador recebe diárias de R\$ 130 livres de custos, com transporte e alimentação.

“São muitas formas de ganhos. Uma das famílias me contou que, com um pé de cagaita (fruto típico), comprou uma bezerra (fazendo polpa). Outra família colheu cajuzinho do cerrado, vendeu as sementes e ainda fez mais 700 quilos de polpa, vendida a R\$ 10 cada quilo”, cita o fundador da Cerrado em Pé. “Aqui, dinheiro dá em árvore”, costuma brincar.



Foto: Cristina Ávila

Cíntia Carvalho, presidente da Cerrado em Pé

Claudomiro é um pesquisador prático



Foto: Marcelo Scarami / ICMBio

Vista panorâmica da Chapada dos Veadeiros

Além de coletor e articulador de pessoas em torno da associação, Claudomiro é um curioso pesquisador prático. Uma de suas histórias é sobre a reprodução da canela-de-ema, a arbustiva de flores roxas que foi consagrada pelo paisagista Burle Marx, pioneiro da construção de Brasília. “Muitas pessoas tentam arrancá-la do Cerrado com torrão e tudo, pra plantar em casa, mas morre. Eu tentei com sementes, mas não deu certo. Desisti e joguei-as numa gaveta. Um dia, procurando outra coisa, achei-as e resolvi plantá-

las de novo. Assim descobri como quebrar a sua dormência”, comemora o sucesso.

A presidente da Cerrado em Pé hoje é Cíntia Carvalho, que mostra o galpão onde fica o estoque da produção, na área urbana de Alto Paraíso. Assentada da reforma agrária, ela lembra que começou a se interessar pelo assunto quando percebeu a redução de frutos que antes eram comuns no Cerrado.

“Em 2021, mandamos 3 toneladas de sementes para Mariana, em Minas Gerais”, relata, referindo-se ao município devastado em 2015

pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco. Além da recuperação de áreas do Parque da Chapada dos Veadeiros, a Cerrado em Pé faz pequenas vendas para diversos estados, por meio da Rede de Sementes do Cerrado, organização com sede em Brasília, que promoveu registros georreferenciados de 117 Áreas de Coleta de Sementes e 6935 árvores matrizes de 338 espécies nativas, além de ter capacitado mais de mil pessoas para a atividade.

Atualmente melhor estruturada, a associação de Alto Paraíso

passará a vender por conta própria. Cíntia Carvalho explica que no galpão as sementes são armazenadas separadas em sacos, e a muvuca é feita de acordo com o diagnóstico das áreas a serem restauradas. Esse diagnóstico se baseia nas chamadas fitofisionomias do bioma, as quais vão desde campos até florestas e veredas que são típicas áreas úmidas, cuja principal característica são as palmeiras buriti, cercadas por espécies arbustivas e circundadas por campos limpos, onde, naturalmente, vicejam os capins nativos.

70% são mulheres

Foto: Cristina Ávila



Bolsa de pastor com casca e sem casca

Cíntia conta que, entre as 100 famílias coletoras (cerca de 300 pessoas), 70% são mulheres. "Uma das famílias conseguiu apurar R\$ 22 mil em uma única venda, resultado de quatro meses de trabalho", afirma. Do total de associados, 50 famílias são quilombolas Kalunga. "Já chegamos a trazer 3 toneladas do Vão de Moleque", diz referindo-se a uma das áreas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, onde o acesso somente é possível por veículo traçado. O quilombo localiza-se em municípios vizinhos,

cerca de 100 km de Alto Paraíso. Ela explica que, além das sementes *in natura*, são processados derivados dos frutos do bioma, como do jatobá, do qual as quilombolas extraem óleo e também produzem farinha.

Entre as Kalunga, uma das mais eficientes coletoras é Adelice Farias da Silva, moradora da cidade de Teresina de Goiás, um dos municípios abrangidos pelo território tradicional. Ela está na atividade há cinco anos e conta que logo no segundo ano pôde comprar o terreno onde construiu a casa que

Foto: Cristina Ávila



Adelice: "Às vezes, fico pensando o que seria da minha vida se não fossem as sementes"

mora na zona urbana. "Foi um estouro na minha vida. Tem vez que fico aqui sozinha e penso... se não fosse a semente, como que eu estaria vivendo agora?", reflete. Antes de ser extrativista, morava de aluguel e trabalhava em uma pousada. "Não tava aguentando mais... Era serviço, serviço, serviço." A quilombola continua com atividades laborais na cidade, mas com menos sacrifício, e o que consegue no Cerrado é um rendimento extra significativo.

Adelice divide a tarefa com uma comadre. A cada colheita,

as duas passam dois a três dias acampadas na beira do Rio Ribeirão, que fica a 30 km de sua casa. Conseguem carona de carro e andam 5km a pé por trilha até chegar ao local. Quando uma não pode, a outra vai sozinha. "Eu já conhecia as espécies. O tingui a gente usa pra fazer sabão. O baru, a sucupira, tudo a gente usa. Só o capim eu achava que não servia pra nada. Agora eu quero um carro, até uma motozinha serve, pra coletar mais longe, ter mais resultado. Meu plano é terminar de arrumar a casa."

Novo App do Sinpro/RS

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu



ESPAÇO DO PROFESSOR
NOTÍCIAS
CONVÊNIOS
SALÁRIO CERTO
RANKING SALARIAL
BANCO DE CURRÍCULOS

SINPRO/RS
Sindicato dos Professores

IES perderam entre 45% e 60% dos estudantes

O fechamento de 12 cursos de pós-graduação da Unisinos e a demissão de 40 professores trouxeram à tona novamente o debate a respeito da crise financeira que atinge as instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul, sobretudo as comunitárias

por Guilherme Zanini



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Desmonte das políticas públicas de financiamento como Fies e Prouni, somados à concorrência de cursos baratos, em um contexto de crise econômica, estão entre as principais causas da crise do ensino superior

A queda no número de alunos matriculados nas universidades se acentua a cada início de semestre letivo. De acordo com o vice-reitor da Unisinos, Artur Jacobus, as instituições comunitárias gaúchas tiveram uma redução de 38,3% no número de matrículas entre 2016 e 2020.

“Eu vejo um problema muito sério acontecendo. A Unisinos é efeito, e não causa. Estamos fazendo um movimento que estamos sendo obrigados a fazer por uma questão de responsabilidade de gestão”, explica.

A redução no número de alunos dentro das universidades comunitárias gaúchas é constante. A cada ano, as instituições perdem entre 8 e 10% dos alunos. O percentual foi revelado à reportagem pelo presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior no Estado do Rio Grande do Sul (Sindiman), Oto Roberto Moerschbaeher. Ele confirmou, inclusive, que essa é a situação na instituição na qual trabalha, a Univates.

“Há 7 anos que estamos sofrendo. A redução no número de alunos oscila de caso a caso, mas as instituições comunitárias perderam en-

tre 45% e 60% dos alunos”, revela.

Entre as razões para a acentuada queda no número de alunos, tanto o vice-reitor da Unisinos quanto o Sindiman atribuem à falta de políticas públicas, sobretudo de financiamento estudantil como o Fies, mas também à oferta massiva de cursos superiores EaD de instituições com fins lucrativos.

A reportagem do *Extra Classe* conversou com a presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), Lia Quintana, que reconheceu a gravidade da situação vivida pelas instituições.

CRISE – “É um momento sem precedentes no ensino superior em razão da desidratação do sistema de ensino superior, porque o ensino superior é um ecossistema formado por alunos de graduação e pós-graduação, e a diminuição do número de estudantes afetou a sustentabilidade das instituições, cuja vida financeira é em função das mensalidades.”

A presidente, que também é reitora do Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp), diz que a situação ocorrida na Unisinos não é fato isolado e que pode se repetir em todas outras instituições comunitárias do Rio Grande do Sul.

Ao ser questionada sobre as principais razões que levaram às dificuldades enfrentadas pelas universidades comunitárias do estado, Lia Quintana afirma: “Atribuímos essa crise à falta de política estatal, de política de estado ao ensino superior brasileiro”.

REPASSES – Uma das principais reivindicações das instituições é a aplicação de 0,5% do valor líquido dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público, através de crédito educativo e de bolsa de estudos, no ensino superior comunitário. Esse repasse está previsto por lei, no artigo 201 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

Com relação às tratativas com o governo estadual, Lia Quintana disse: “Estamos fazendo todas as negociações e considerações políticas e dependendo de uma agenda com o governador, que é quem propõe a peça orçamentária”.

Inclusive, uma campanha, chamada #MeioPorCentoJá, é uma das pautas que o Comung tem como prioridade.

Hoje, o Comung é formado por 13 universidades comunitárias e dois centros universitários no Rio Grande do Sul, que têm mais de 150 mil alunos, entre os quais 63

mil dependem de bolsa e financiamento estudantil.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Secretaria de Educação do RS (Seduc) não respondeu se há previsão de uma resolução do impasse.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Para o diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr, a dificuldade financeira das universidades está atrelada majoritariamente à dificuldade dos jovens que ingressam no ensino superior em pagar o valor das mensalidades, o que acaba resultando em evasão.

“Se não houver uma política pública de financiamento aos estudantes, nós vamos continuar assistindo ao aprofundamento dessa crise. A maioria da sociedade não tem condições de arcar com os custos de uma universidade privada ou comunitária”, afirma.

Questionado com relação ao impacto da massificação dos cursos EaD – muitos com mensalidades abaixo de 100 reais –, o diretor do Sinpro/RS acredita que esse é o 3º fator que contribui para a crise financeira das instituições. Ele, ainda, conclui afirmando que o grande prejuízo deste momento na educação ficará para a sociedade, a partir da baixa qualificação dos profissionais egressos desses cursos EaD.

DIREITO AO DESCANSO

Pesquisa avaliará trabalho extraclasses dos professores

O excesso de trabalho a que os professores das escolas de ensino privado estão submetidos será aferido por pesquisa a ser realizada a partir da segunda quinzena de agosto pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS).

Os docentes responderão a um questionário em que terão a oportunidade de, garantido o anonimato, se manifestarem sobre suas condições de trabalho e realidade de cada escola.

De acordo com a diretora do Sindicato Cecília Farias, alguns fatores vêm causando acúmulo de trabalho extraclasses (tarefas não remuneradas que os docentes executam fora da sala de aula). “É

fundamental que os professores participem dessa pesquisa para que possamos demonstrar ao sindicato patronal e à sociedade em geral o quanto queremos fazer um bom trabalho e o quanto de tempo precisamos para fazê-lo com eficiência”, pondera Cecília.

INCORPORAÇÃO DE TAREFAS – Somadas às rotinas já conhecidas dos docentes como preparação de aulas, produção de conteúdos, elaboração de avaliações, planejamentos diversos, foram agregadas novas atividades. Muitas tarefas foram naturalizadas durante a pandemia. Entre elas, as tarefas on-line, seja para alimentar sistemas, disponibilizar conteúdos e re-

Foto: Gilberto Firmino/ Agência Senado



sultados de avaliações, seja para interação com estudantes, pais e a própria instituição.

Outro fator diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência. Esta nova rotina incorporada pelas escolas exige planejamentos, materiais e avaliações específicas, muitas vezes individualizadas para dar conta com qualidade desta inclusão. “Numa mesma sala de

aula, podemos ter um estudante com deficiência intelectual, psicossocial, deficiência múltipla, entre outras. Estes estudantes precisam ser incluídos nas turmas regulares e merecem que suas diferenças sejam respeitadas tanto na elaboração dos conteúdos, planejamento e avaliação. Para isso, é preciso condições estruturais, apoio de pessoal e tempo”, argumenta Cecília.

Pandemia agregou rotinas on-line

“Muitos relatos pós-pandemia que chegaram ao Sindicato nos alertam para uma situação generalizada nas escolas privadas em que o trabalho, que já era muito, foi triplicado. E, no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência, os professores querem, de fato, incluir os estudantes, mas não encontram as condições de tempo e estrutura necessárias para realizar de forma adequada”, explica Cecília.

Conforme a sindicalista, as escolas não têm dado as condições necessárias. “É preciso estruturas físicas como salas de atendimento educacional especializado (AEE), com materiais importantes. Mas

o principal é que os professores precisam de tempo para planejar, elaborar materiais pedagógicos diferenciados, ou seja, condições de fazer uma real inclusão dos estudantes com deficiência”, sentencia. A professora Patrícia Cavaleiro Knoener, 45 anos, da Rede Adventista, relata que no ensino médio, diferentemente do fundamental, fica impossível para o docente fazer um bom trabalho sem um auxiliar, muitas vezes com dois, três, até quatro alunos com diferentes tipos de deficiência.

“Há casos em que o professor precisa ter uma calma extrema, mesmo não tendo formação adequada para lidar com estudantes,

às vezes extremamente agressivos, o que é bem comum”, afirma. A demanda de trabalho é muito maior e ajudaria se tivesse remuneração para este trabalho extra de planejamento individual (para cada aluno) ou destinação de horas para contemplar esta demanda.

“É inadmissível não termos auxiliares no ensino médio. São turmas grandes, com mais de 30 alunos”, lamenta. Patrícia é Doutora em Química da Vida (Ufrgs) e autora de quatro livros relacionados à convivência entre alunos e professores.

ESCOLAS – De acordo com Osvino Toillier, vice-presidente em exercício na presidência do sindi-

cato patronal que representa as escolas privadas, o Sindicato do Ensino Privado (Sinepe/RS), as atividades docentes estão assumindo novas faces, em razão das novas realidades, para as quais deve-se encontrar soluções. “A inclusão é outra demanda, que é um pouco contemplada nas Convenções Coletivas de Trabalho, mas falta avançar”, admite.

“Eu creio que os avanços dependem de um esforço conjunto e convencimento de que nem o professor nem a escola têm condições de assumir o ônus sozinho desta demanda. É uma questão política, que enseja compromisso solidário da sociedade”, conclui Toillier.

Histórico recente de políticas

Cecília destaca que o Sinpro/RS já tem uma preocupação histórica com a questão do trabalho extraclasses, do direito à desconexão, do direito ao descanso e sobre os impactos do excesso de trabalho na saúde física e mental dos docentes.

PARECER – Em 2016, o Sinpro/RS elaborou um Parecer por meio do seu Núcleo de Estudos sobre Inclusão de Alunos com Deficiência nos Estabelecimentos de Ensino Privado do RS (Niad) sobre a Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Entre outras considerações, o Niad recomenda aos estabelecimentos de ensino promover a reelaboração de seu projeto pedagógico com adaptações curriculares para atender às demandas e limitações cognitivas dos estudantes.

NIAD – O Niad surgiu em 2016 para pensar estratégias e cobrar das escolas condições para a inclusão com qualidade, já que o Sinpro/RS recebia demandas de professores que tinham estudantes com deficiência em suas turmas e não sabiam como lidar com as di-

ferenças. Os sentimentos variavam entre impotência e muita angústia.

MINISTÉRIO PÚBLICO – A partir de 2018, foram promovidas várias reuniões com os promotores regionais de Educação, no Ministério Público. Na pauta dos encontros, foram discutidas as condições de trabalho dos docentes nas instituições privadas que possuem alunos de inclusão. Os encontros se deram por solicitação do Sindicato para que o tema fosse incluído na pauta do MP e que o Niad tivesse um espaço para expor o cenário

das escolas privadas no estado.

NOTA RECOMENDATÓRIA – Os professores relatam alta demanda de trabalho e dificuldade em conseguir um período de lazer. Todo esse cenário esbarra na Notificação Recomendatória (NR), de 2012, do Ministério Público do Trabalho (MPT). O documento, construído a partir de audiência entre os Sindicatos das escolas e dos professores (Sinpro/RS), quer garantir o direito de descanso e dá outras recomendações aos empregadores das instituições de ensino.

Começa o processo eleitoral do Sinpro/RS

O Sindicato dos Professores dará início ao processo eleitoral da entidade com a realização da Assembleia Geral, no dia 6 de agosto. O encontro ocorrerá de forma híbrida, sendo parte em Porto Alegre (Av. Borges de Medeiros, 2.145 – Hotel Intercity, Sala Praia de Belas), e parte on-line e é destinado aos professores associados. O link para acesso à sala de reuniões será enviado 24 horas antes da Assembleia para o e-mail cadastrado no Sinpro/RS.

No encontro, os professores definirão a Comissão que coordenará a eleição, bem como o apoio financeiro às chapas inscritas, entre outros pontos. Este será o primeiro passo para o pleito que irá eleger a Direção Colegiada, a qual ficará à frente do Sindicato no triênio 2023/2025.

ATUALIZAÇÃO – Para garantir uma maior participação dos associados, o Sinpro/RS oportunizou aos docentes um período de atualização cadastral.

“É muito importante a participação dos professores no processo eleitoral do Sindicato, pois ele garante a legitimidade da Direção e da própria entidade na luta pela manutenção dos direitos dos docentes”, explica Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

O processo eleitoral contará com a participação dos mais de 20,1 mil associados ao Sindicato em todo o estado. O pleito deverá ocorrer de 18 a 20 de outubro de 2022.

Foto: Igor Speratto



A votação deverá ocorrer de 18 a 20 de outubro deste ano

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Aposentados e pensionistas: revisões possíveis e a atuação da Apaepers

A Apaepers e as Regionais do Sinpro/RS vêm debatendo questões que ainda estão presentes no nosso dia a dia, passíveis de revisões e que já possuíam o reconhecimento do Poder Judiciário, dispensando, portanto, todo o trâmite de discussão sobre o direito e restando tão somente o interesse individual para promover a devida execução dos valores e a revisão, quando possível, das rendas devidas.

Foram analisadas duas ações passíveis de revisão, facilitadas pelo entendimento da Justiça sobre a inexistência de prazo decadencial para tanto:

- A primeira delas trata da revisão relativa à limitação dos benefícios ao teto máximo do Regime Geral – INSS.
- A outra lida com os benefícios concedidos entre o lastro de início do direito fixado de março de 1994 até fevereiro de 1997.

É importante reiterar que, em ambas as situações, desimporta a ultrapassagem da barreira dos dez anos da concessão do benefício (prazo decadencial) para entabular a revisão individual. E, ainda, para a segunda hipótese, lembremo-nos da existência de uma ação civil pública julgada procedente e legitimada pelo Ministério Público Federal. Porém, dirigida tão somente aos benefícios mantidos na jurisdição territorial do Rio Grande do Sul.

Já no tocante à revisão do teto, nem sempre o trabalhador se detém aos critérios de fixação da renda inicial do benefício. Em regra, tem-se de apurar uma *base de cálculo* sobre a qual incidem percentuais diversos, em face do tempo de contribuição do segurado.

No caso específico da revisão do teto, essa *base de cálculo* – a servir de fixação da renda inicial do benefício – poderá ser em expressão monetária **superior ao teto**. E, se assim o é, o limite desta *base de cálculo* é o teto do INSS. Ou seja, se em determinada data o teto era de R\$ 3.000,00,

mas a média dos salários do trabalhador foi apurada na expressão de R\$ 4.000,00, o percentual devido para fins de atribuição do valor do benefício será a expressão do teto, ou seja, sobre os R\$ 3.000,00.

O STF fixou interpretação de que no curso da evolução do benefício, em especial quando do advento de duas Emendas Constitucionais – as de nº 20/98 e nº 41/03 –, se o benefício havia sido limitado ao teto, nestas datas deverão sofrer as majorações promovidas em cada uma das Emendas, pois tais emendas elevaram substancialmente os tetos de benefício nesta data, variação que pode elevar o benefício em dezembro de 1998 em percentual máximo correspondente a pouco mais de 11% e, em dezembro de 2003, percentual próximo a 26%, o que pode resultar em uma significativa diferença em favor do segurado.

Como dito, nestes casos bastará aos segurados ou pensionistas, verificando haver limitado o valor ao teto máximo, interpor a ação de cumprimento para apurar as diferenças que lhe são devidas.

Da mesma forma, os benefícios concedidos no período de março de 1994 até fevereiro de 1997, para os trabalhadores residentes no Rio Grande do Sul, também estão resguardados ao direito de revisão desta renda, caso não tenham ingressado com ação anterior, sendo possível revisar a renda em percentual, cujas diferenças nestes casos podem variar de 1,15% até 39,67%.

É importante, quanto mais pelo passar do tempo, que os beneficiários associados à Apaepers e ao Sinpro/RS estejam atentos a essas possíveis revisões. Elas poderão ser agilizadas no que tange à sua execução, eis que bastará o ingresso de ações de cumprimento para apuração dos créditos devidos e a necessária alteração da renda, sem o inconveniente de discussões sobre o mérito do direito, já devidamente assentado.

Professores da educação básica avaliam proposta

A Assembleia dos Professores que atuam nas instituições comunitárias de educação básica avaliará, no dia 4 de agosto, de forma virtual, a proposta para acordo coletivo, negociada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com o Sindicato Patronal (Sindiman), com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para este nível de ensino.

Iniciada em março, a negociação salarial foi interrompida em maio, devido a um impasse com o Sindicato Patronal. A decisão foi mantida até que houvesse uma aproximação entre a proposta do Sindiman e a pauta de reivindicações dos professores. As reuniões entre as entidades sindicais foram retomadas no início de julho.

“A proposta que será avaliada pelos professores é resultado da luta do Sinpro/RS para a manutenção dos direitos dos docentes em uma negociação marcada pela intransigência do Sindicato Patronal. A participação da categoria na Assembleia é muito importante”, explica Cecília Faria, diretora do Sindicato. Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido divulgado o resultado das votações.

PUBLICAÇÃO

Textual Virtual circula mensalmente em formato digital

A primeira edição da *Revista Textual Virtual* começou a circular em julho. A partir deste número, todos os meses, um novo tema será tratado. Na edição de estreia foi publicado um ensaio intitulado *Petróleo, Geopolítica e Pandemia*, do professor Bruno Biasetto.

Em seu texto, ele faz uma reflexão sobre uma questão complexa. “Poucas coisas são mais temidas na economia do que um surto inflacionário, pois se sabe que o remédio para curar tal crise é tremendamente amargo”, explica em seu artigo. Em sua análise, Biasetto oferece uma análise que combina história e economia, na tentativa de compreender as causas e as consequências daquilo que alguns já chamam de a “Terceira Crise do Petróleo”.

“Acima de tudo, a intenção é chamar atenção para as consequências da crise atual, e qual seria o impacto sobre a população de menor renda de uma provável recessão que se avizinha no horizonte”, justifica. O autor é doutor em História Econômica da América Latina, pesquisador do Centro de Estudos da América Latina e Caribe da York University (Canadá) e autor do livro *A Era de Trump* (Edipucrs 2020).

A próxima edição será publicada ainda em agosto, desta vez com um tema da editoria *O Professor e o Mundo da Escola*. O texto retornará à discussão sobre as atividades extraclasse, considerado um dos aspectos mais polêmicos da relação contratual dos professores com o ensino privado. A autoria do artigo será do professor Marcos Fuhr e da professora Cecília Farias, ambos diretores do Sinpro/RS.

A *Revista Textual Virtual* circula em formato digital e pode ser baixada gratuitamente no site do Sinpro/RS.

artigo

2022
JULHO
Nº 01

textual

VIRTUAL

ECONOMIA

Petróleo, Geopolítica e Pandemia

Este artigo combina elementos de história, economia e política internacional para avaliar as lições das crises anteriores, a crise atual e o impacto dos dilemas vividos pela economia global.

Bruno Biasetto
Doutor em História Econômica da América Latina e Pesquisador do Centro de Estudos da América Latina e Caribe

Em abril de 2020, o mundo vivia a primeira onda de covid-19. Enquanto governantes e cientistas buscavam formas de lidar com a pandemia, poucos prestavam atenção no que ocorria no mercado global de petróleo. Após permanecer acima de US\$ 100 entre 2007 e 2014, o preço do barril de petróleo despencou para US\$ 20,00 durante o primeiro mês da pandemia. Nem o mais pessimista dos analistas imaginaria que, em dois anos, o petróleo substituiria o coronavírus como a grande crise global. Em meio a uma alta na inflação mundial não vista desde a década de 1980 e do aumento da fome e da miséria como resultado direto disso, governos em todo o mundo parecem perdidos.

Diante de um problema infernal, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre um tema complexo. Poucas coisas são mais temidas na economia do que um surto inflacionário, pois se sabe que o remédio para curar tal crise é tremendamente amargo. Nesse sentido, aqui se pretende oferecer uma análise que combine história e economia, na tentativa de compreender as causas e as consequências daquilo que alguns já chamam de a “Terceira Crise do

continue lendo ▼



O sono e a saúde

O que dizem os estudos

O sono é tão vital para nosso corpo como beber água ou comer. Fundamental para uma rotina diária com disposição e energia. Uma noite maldormida pode prejudicar vários aspectos, como produtividade no trabalho e o humor, entre outros que afetam a saúde de forma geral.

Segundo a Dra. Leticia Santoro Soster, neurofisiologista do Hospital Israelita Albert Einstein, o sono tem uma série de funções e é crucial para manter nosso organismo funcionando de maneira adequada. Promove o equilíbrio psíquico, emocional e metabólico necessários para uma vida de qualidade. Dormir mal e pouco influencia negativamente a saúde e contribui para o surgimento de doenças, alterações no sistema imunológico e problemas psicológicos.

Quanto dormir

- Especialistas orientam em média 8h de sono diariamente. Mas, conforme a idade, este número pode variar:
- Adultos – 6h a 8h
 - Adolescentes – 8h a 10h
 - Crianças – 9h a 13h
 - Bebês – 12h a 16h

Benefícios de um sono de qualidade

- Um sono de qualidade fortalece o sistema imunológico, libera a produção de hormônios e ainda contribui para:
- Manter um peso saudável
- Diminuir o risco de doenças metabólicas e cardiovasculares
- Reduzir o estresse
- Melhorar o humor e a concentração
- Evitar acidentes relacionados ao cansaço

Algumas dicas para dormir bem

- Alimentos leves no período que antecede
- Manter um horário fixo
- Afastar pensamentos negativos
- Temperatura agradável no local
- Praticar atividade física regularmente

Estilo de vida é fundamental para uma vida de qualidade.

Venha com a gente!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de yoga, pilates, treinamento funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop!

Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes, somos.pacevida.com.br/sinprors/

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada. Inscreva-se em: www.sinprors.org.br



somos

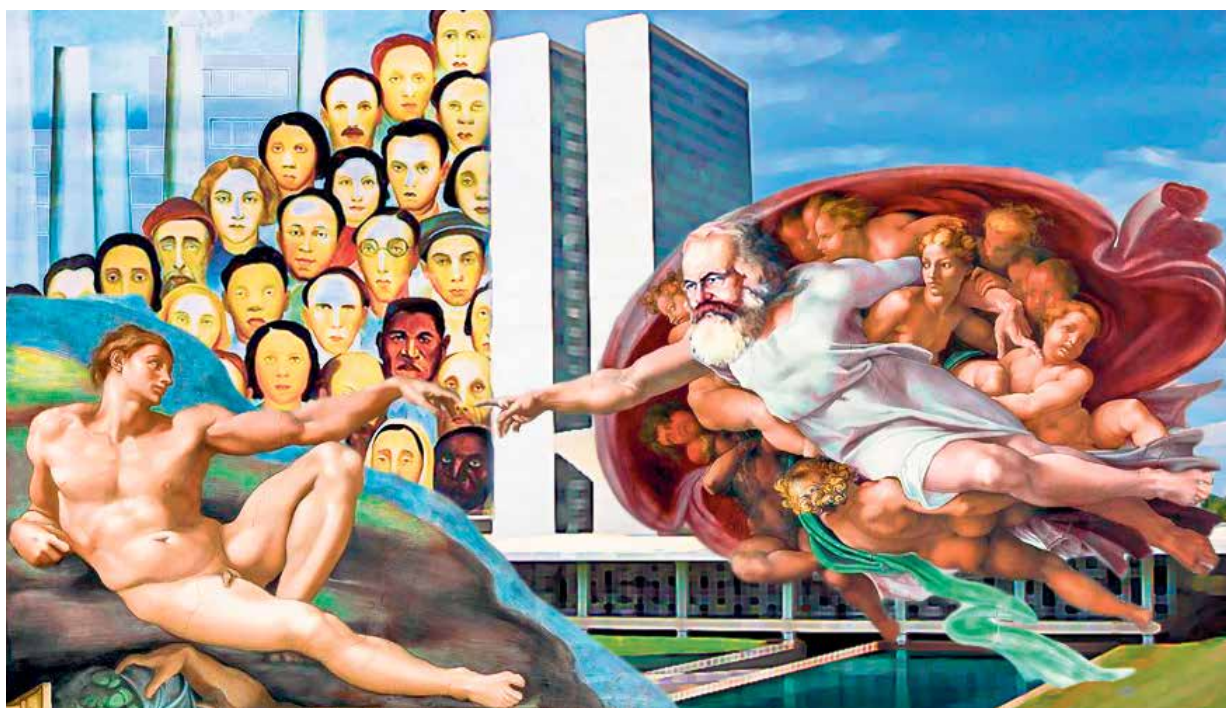


Denise Fritzer, profissional de Educação Física, diretora técnica da Pace Consultoria Esportiva



A entrevista e o futuro

“Haddad sustenta que a esquerda brasileira está desarmada teoricamente para oferecer respostas eficientes aos maiores desafios do mundo e que isso tem a ver com a prisão conceitual dentro da qual a maioria dos quadros e militantes segue interpretando os fenômenos sociais”



Fernando Haddad concedeu uma excepcional entrevista a Caetano Veloso, colunista do Mídia Ninja, sobre o seu mais recente livro *O Terceiro Excluído* (Zahar, 2022, 288 p.), resultado de reflexões para uma antropologia dialética inspiradas por uma conversa com Noam Chomsky às vésperas do 1º turno das eleições presidenciais de 2018. Se você não assistiu à entrevista, não perca essa oportunidade. Dê a você mesmo esse presente (o link está disponível no site do *Extra Classe*). Haddad é professor da USP, doutor em Filosofia, mestre em Economia e graduado em Direito, uma formação acadêmica interdisciplinar que ajuda muito quando se trata de pensar os maiores desafios políticos.

Destaco a entrevista – que me motivou a ler o livro com grande prazer –, primeiro, porque não é comum vermos políticos brasileiros abordando com propriedade temas teóricos complexos; segundo, porque é ainda mais raro que, ao invés de mobilizar dogmas e pressupostos ideológicos, políticos se utilizem de evidências para sustentar suas posições, ou seja, que o façam a partir da ciência, como crítica à dogmática. No mais, me parece elogiável que Haddad sustente suas posições em um tom que convida sempre ao diálogo, que aposta no argumento, mas não se embriaga nele, mantendo a saudável consideração pela crítica e pela necessidade de superar eventuais limites pelo debate público, o que caminha na direção oposta à incomunicabilidade que marca nosso tempo.

Haddad sustenta que a esquerda brasileira está desarmada teoricamente para oferecer respostas eficientes aos maiores desafios do mundo e que isso tem a ver com a prisão conceitual dentro da qual a maioria dos quadros e militantes segue interpretando os fenômenos sociais. Com toda a razão, ele sustenta que os clássicos da Sociologia, da Economia, da Filosofia nunca se imaginaram profetas. Pelo contrário, mantinham diante de suas próprias posições a insatisfação epistemológica típica dos cientistas. Haddad refere que se Marx, Weber, Pareto, Durkheim estivessem vivos, estariam pesquisando os novos fenômenos sociais e construindo novas teorias com o objetivo de melhor compreendê-los. A esquerda brasileira, pelo contrário, trata suas referências teóricas, Marx, entre elas, como se elas tivessem “revelado a verdade”, uma postura que faz lembrar a sujeição religiosa ao sagrado.

Não sabemos o que ocorrerá com o Brasil nesse período turbulento que se aproxima e, pela primeira vez desde décadas, temos uma atmosfera política cada vez mais pesada por conta das ameaças de ruptura

com a ordem democrática oferecidas dia sim, outro também, por Bolsonaro e pela emergência da violência política, um tipo de prática que costuma ser a consequência do ódio disseminado pelo projeto totalitário que se gesta entre armas e hinos. É necessário construir a resistência ao golpe anunciado ocupando as ruas e as praças com grandes atos públicos. Manifestos e notas são necessários e sinalizam, na sociedade civil, importantes posições em defesa das instituições e da própria realização das eleições. Para barrar o golpe, entretanto, será preciso contar com a disposição de luta de milhões de pessoas.

Uma vez vencidas as ameaças de ruptura – o que está longe de estar resolvido, será preciso começar a construir no Brasil uma alternativa política distinta de tudo aquilo que está aí; algo que movimentos como o *Apruebo Dignidad* no Chile, de Gabriel Boric, e o *Colombia Humana*, de Gustavo Petro, parecem começar a esboçar na América Latina. Uma nova agenda demandará centralidade às exigências de dignidade e reconhecimento da pauta dos direitos humanos, à luta contra o aquecimento global e as mudanças climáticas, à proteção dos povos originários, à igualdade racial e de gênero, ao combate à corrupção e aos privilégios, à definição de políticas públicas com base em evidências, entre outros desafios que, tradicionalmente, nunca foram centrais na pauta da velha esquerda.

As possibilidades de uma alternativa política inovadora no Brasil estão muito mais presentes nos novos movimentos sociais e nas articulações independentes da sociedade civil do que nos partidos políticos e nas instituições do Estado. Mesmo assim, haverá a necessidade de que algumas lideranças políticas representativas sinalizem sua adesão a um movimento transformador, o que pressupõe disposição e maturidade para superar antigos paradigmas e romper com discursos e condutas que se revelaram não apenas incapazes de mobilizar a população em torno de lutas concretas e de oferecer ao país um programa coerente de reformas estruturais, mas que foram agenciando estruturas burocráticas e estratégias de poder avessas à virtude.

O que decidiremos nos próximos meses, em síntese, não será o futuro do Brasil, mas, antes, se teremos como nação algum futuro. A disputa agora é se teremos democracia ou ditadura no café da manhã. Para tratar do futuro, será preciso construir um novo sujeito político. Não sabemos como ele será, nem se será; mas, se for, entendo que lideranças com a capacidade e o perfil de Fernando Haddad estarão à frente dele.

Da Lomba do Pinheiro para o mundo

por Juarez Fonseca

Músico porto-alegrense Vladimir Soares, radicado na Alemanha desde 2013, chega à cidade no final de agosto para recitais na Casa da Música e na Fundação Ecarta, e para atuar como solista em concerto da Orquestra de Câmara da Ulbra



Foto: Claudio Egeas

Vladimir Soares tinha 11 anos em 1996 quando começou a estudar flauta doce na Escola Municipal Heitor Villa-Lobos, na Vila Mapa, bairro Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre. Já vivendo na Alemanha, 21 anos depois, em 2017, ele concluía o segundo mestrado na Escola Superior de Música e Artes Cênicas de Stuttgart, recebendo nota máxima e láurea acadêmica – o que não ocorria na classe de Flauta Doce havia 25 anos!

Vamos saber um pouco mais desse extraordinário músico nascido em uma família pobre e hoje considerado um dos maiores executantes de flauta doce no mundo?

“Tive uma infância normal, boa”, começa Vladimir na conversa por WhatsApp feita na madrugada do Brasil para encontrá-lo disponível (pelo fuso horário) na manhã da Alemanha, pois tem o resto do dia ocupado. “Minha mãe sempre trabalhou em serviços gerais, em limpeza de casas, como doméstica. Meu pai era vendedor ambulante de frutas e verduras. Infelizmente, ambos já morreram. Meus parentes mais próximos são dois irmãos, que moram em Gravataí e em Alvorada, mantemos

contato direto. Uma vez por ano, vou ao Brasil para visitá-los, e aos amigos que aí ficaram também”, recorda.

A escola da Lomba do Pinheiro tinha uma atividade extraclasse oferecida aos alunos, o Clube de Flauta Doce. Ele se inscreveu e assim teve início sua vida musical. Criado em 1992 pela professora de música Cecília Rheingantz Silveira, o Clube foi o embrião da Orquestra Villa-Lobos (veja box). Vladimir a integrou até os 19 anos. Com seu talento natural, aprendeu ainda a tocar violoncelo e piano. A saída da orquestra se deu quando teve de decidir o que iria estudar, e fez vestibular para o curso de Música da Ufrgs. Sua agenda de flautista já estava movimentada.

“Saí da orquestra como integrante, mas permaneci ligado a ela como monitor e dei aulas por um bom tempo. Paralelamente, estudei no Instituto de Artes da Ufrgs, de 2007 a 2010, me graduei com habilitação em flauta doce na classe de Lúcia Carpena.”

Nesse meio-tempo, fez outros cursos, atuou como educador e venceu quatro concursos para jovens solistas: o da Orquestra de

Câmara Fundarte em 2008, 2009 e 2010, e o da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre em 2011. Foi aí que a Alemanha surgiu em seu horizonte.

Integrava o grupo Flautarium, da Ufrgs, que em 2012 foi participar do Festival Internacional de Performance em Música Antiga em Tatuí, cidade no interior de São Paulo, que abriga o maior conservatório de música da América Latina. Estava lá também, dando aulas, Hans-Joachim Fuss, professor de flauta doce na Escola Superior de Música e Artes Cênicas de Stuttgart. Ele ouviu o grupo e o convidou para se aperfeiçoar lá. Toparam na hora, claro.

“Eu estava em Tatuí porque sou flautista doce e todo flautista doce tem em seu repertório música barroca e música renascentista. Sempre gostei de participar desses festivais para adquirir experiência e conhecer outras pessoas que fazem o mesmo tipo de música, para formar grupos, tocar em conjunto, tocar em orquestra. Participei de uma masterclasse do professor Fuss, que me ouviu e perguntou se eu gostaria de fazer a prova específica para ingressar no mestrado em Música de Câmara na escola



Foto: reprodução

em que leciona. Disse sim, pois sempre quis estudar fora, era um sonho antigo.”

Qual seria a primeira iniciativa a tomar? Aprender alemão, naturalmente. Foi fazer cursos. Quando marcou a data da viagem (com passagem paga do próprio bolso), imaginava estar afiado no idioma. Qual o quê... Chegando lá, viu que precisava continuar o aprendizado e até pouco tempo atrás, quase dez anos depois, seguia estudando.

“Saí daqui achando que já sabia alguma coisa, e quando cheguei lá, vi que não sabia quase nada. O alemão é uma língua muito complicada. Falo fluente, dou aulas em várias escolas, mas ainda erro alguma declinação, alguma conjugação aqui e ali. O país também é muito diferente culturalmente falando, a mentalidade, o temperamento das pessoas, mas me adapto facilmente a diferentes situações. Melhorei como músico e como pessoa.”

Ao chegar a Stuttgart, em 2013, o objetivo de Vladimir era retornar ao Brasil ao fim do mestrado em Música de Câmara, dois anos depois. Então, decidiu fazer outro mestrado, em Flauta Doce, aquele em que foi laureado. Mas gostou tanto de viver lá, que foi ficando. É uma cidade com 700 mil habitantes, a metade de Porto Alegre, e tem 16 orquestras sinfônicas! Quis viver um pouco mais a rica experiência. E foi ficando. Se candidatou a professor de música em uma escola, surgiram outras escolas...

“Trabalho com crianças e adolescentes, dou aulas individuais, aulas em grupo, tenho uma orquestra de flautas doces. Além disso, na Escola Superior de Música conheci gente do mundo inteiro,



Foto: Cláudio Elges

tem estudantes da Ásia, da África, da América. Isso me deu uma vivência muito rica. A Alemanha é um país multinacional, tem muitos imigrantes...”, contextualiza.

No início da “aventura”, ele teve ajuda de um empresário que apoia músicos e que pagava sua moradia. Em troca, nos fins de semana fazia faxina na empresa dele. Isso ficou no passado. Vladimir adquiriu cidadania alemã em 2021. Hoje tem 93 alunos, dá mais de 40 horas semanais de aulas, formou o Rosarium Quartett, de flautas doces, integra a Orquestra de Câmara de Stuttgart, tem participado de festivais e feito concertos de Música de Câmara em vários países. O repertório Barroco é seu preferido.

Em 2019, ao ouvi-lo tocando na cidade de Wernau (da região administrativa de Stuttgart), o crítico Erst Leuze escreveu: “Como se pode tocar flauta tão extraordinariamente rápido com a maior

naturalidade, como se fosse tão fácil? E como se pode tocar uma flauta em dó como se fosse um Stradivari? Além disso, todo o programa de cor, embora Música de Câmara exija 100% de segurança. Um mágico da flauta”.

No mesmo ano de 2019, ele gravou em Londres seu primeiro álbum solo, ao lado do cravista alemão Fabian Grosch, *Anna Bon di Venezia – 6 Flute Sonatas, Op.1. Italiana*, Anna Bon (1738-1767) é uma rara compositora na história da música de concerto, que morreu muito cedo, aos 29 anos. Vladimir também faz transposições para flauta doce de peças como, por exemplo, uma sonata de Bach escrita para violino... Os compositores que mais toca: Vivaldi, Teleman e Dario Castello.

E de música popular, gosta? Sim, gosta de todos os tipos de música, se considera bem eclético, mas mais para “ouvir e curtir”, pois



Orquestra em 1998 com Vladimir, no Clube do Comércio

não surgiu ainda a oportunidade para tirá-lo de seu foco. Tocaria Pixinguinha e Antônio Carlos Jobim, por exemplo, ou chorinho, onde sua flauta se adaptaria às mil maravilhas. De qualquer forma, vive e

trabalha na Alemanha e diz que, lá, não conhece “músicos qualificados para tocar esse repertório da música popular brasileira”.

* Colaborou Dinorah Araújo

Orquestra Villa-Lobos: 30 anos de um projeto revolucionário

Em abril deste ano, a Orquestra Villa-Lobos comemorou 30 anos. Surgiu como um projeto social liderado pela professora de música Cecília Rheingantz Silveira na Escola Municipal Heitor Villa-Lobos na Vila Mapa, bairro Lomba do Pinheiro. Cecília é aquela pessoa do tipo imprescindível, pelo tanto que fez e continua a fazer. Sem ela, esta história não seria contada.

Os 14 alunos iniciais do Clube da Flauta Doce cresceram como orquestra e, atualmente, são cerca de 300 jovens estudando música na escola e em instituições conveniadas pelo Centro de Promoção da

Criança e do Adolescente São Francisco de Assis, organização que mantém a parceria da orquestra com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.

Mais de 20 educadores se dividem em 100 turmas, com maioria dos alunos/músicos oriundos da escola e integrantes da orquestra, que já fez mais de 1,2 mil concertos no Brasil e exterior para mais de 350 mil pessoas. Constantemente premiado, o projeto tem dois álbuns lançados, o primeiro de 2002, *Trenzinho Caipira*. Sempre sob a liderança/regência de Cecília.

Apresentações em Porto Alegre

- Dia 28 de agosto, Casa da Música, 11h** – Nobres Recitais Casa da Música – Casa da Música – Vladimir (flauta) e Fernando Rauber (cravo).
- Dia 31 de agosto à tarde, Casa da Música** – Masterclasse de flauta doce para os alunos da Orquestra Jovem Casa da Música.
- Dia 3 de setembro, Fundação Ecarta, 18h** – recital solo com compositores da Idade Média ao Século XX.
- Dia 4 de setembro, Associação Leopoldina Juvenil, 18h** – Solista em concerto da Orquestra de Câmara da Ulbra.



Investir no futuro nunca foi tão fácil.



Baixe o Família Prev, o app de adesão digital do Família Previdência.



FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA
Você precisa. Seu futuro merece.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



FRAGA

Spoilers

*O cotidiano é o spoiler da rotina,
ou é o vice-versa?*

(Spoiler inicial: esta crônica começa um assunto, desenvolve um pouco, enrola, enrola, mas após a última linha acaba.)

Spoiler, todo mundo sabe, é aquele desmancha-prazer nas resenhas cinéfilas ou literárias. Só que spoiler não surgiu ontem – sempre existiu. Spoilers nos cercam por todos os lados, o tempo todo, e não há sobreaviso. A própria intuição da gente é um alerta spoileador, mas quem liga pra ela hoje em dia?

Pra mim, o maior e pior exemplo de spoiler é o Bolsonaro: ele próprio alardeou na sua campanha que ia foder o povo e arrebentar o país. E mesmo nos adiantando, esse final infeliz foi eleito! Quer dizer: spoiler pode ser insidioso, inescapável.

Mais que secular ou milenar, spoiler é pré-histórico. Quando o primeiro primata desceu das árvores, foi um alerta para as demais espécies – vem merda aí.

O flerte é o spoiler do romance, que é o spoiler do casamento, que é o spoiler do divórcio.

Em toda transa há um spoiler subentendido, que só não recebe a devida atenção porque o par está muito ocupado com as mãos e bocas e genitais. Resultado: o ovário e os testículos então dizem “Ah, é, é?”. Nove meses depois um alguém dá à luz um spoilerzinho rechonchudo.

Trabalhar também inclui spoilers. O primeiro emprego, é óbvio, é prenúncio de futuro desemprego. Nas ruas, há 14 milhões de desavisados dessa spoileadora correlação. Aliás, a economia nacional tem sido um spoiler contumaz. Entra governo, sai governo, entra equipe econômica sai equipe econômica, os planos e os desastres dos planos vão spoileando. Quer mais spoilers daquilo que nos espera? Leia e releia as declarações do Paulo Guedes. A inflação dele começou com menos de meio dígito, já tá em dois. A feira, o açougue, o supermercado exibem spoilers diários do arrocho do dia seguinte.

O cotidiano é o spoiler da rotina, ou é o vice-versa? Cada festa de aniversário é o spoiler da longevidade, e sabemos até onde isso vai. Festas também são spoilers de faxina. A semana é spoiler de mais um ano acabado. O dia é o spoiler da noite, a noite do sono, o sono do pesadelo. A fome é spoiler da insaciedade, da obesidade, do colesterol alto.

Consultórios médicos são ambientes muito propícios para spoiler. A própria consulta spoileriza diagnósticos. Daí para spoilers hospitalares é uma ida. E cada receita contém spoilers não da cura, mas da evolução da doença. Pacientes terminais são acompanhados de spoilers que não terminam. E UTIs, nem preciso dizer que tipo de spoilers anunciam.

(Spoiler final: cada coluna é um spoiler da próxima. Tsk, tsk, tsk.)

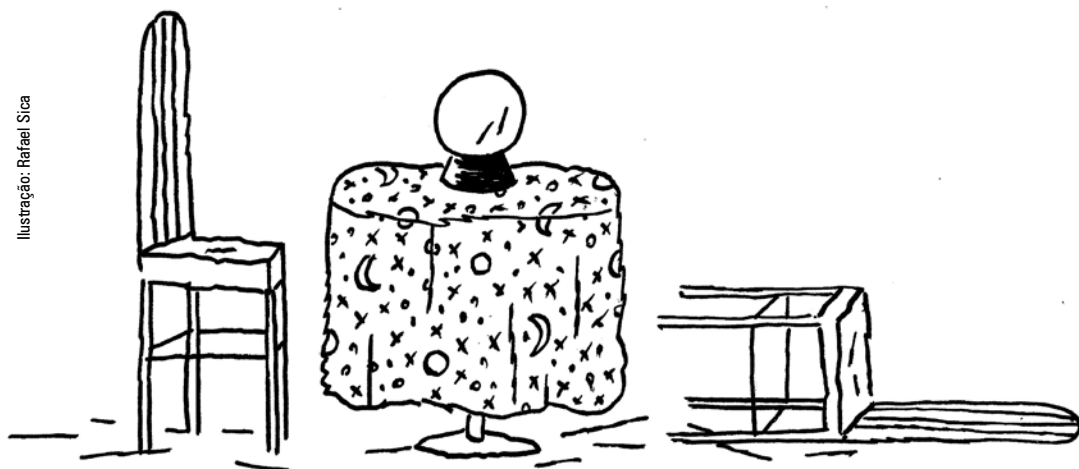


Ilustração: Rafael Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

6/8 – Flora Almeida e Gilberto Oliveira no show *Ivanlinsiando*.

20/8 – Lux Sonora apresenta *O Jogo do Amor*.



Foto: Lux Sonora/Divulgação

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Até 21/8 – Visitação à mostra Fotografias da Cidade, de terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

10/8, 9h – Projeto Potencia apresenta *Corpo em Promoção*, da artista Valéria Barcellos. Visitação até 28/8. Entrada franca.

CULTURA DOADORA

18/8, 19h – *Painel Transplantados e a prática de exercícios físicos*, com a participação de Adriana Teles, transplantada renal; Jeferson Luis Lacerda Probo, transplantado de fígado; Kassiano Knack, transplantado pulmonar; Liège Gautério, transplantada pulmonar; e Fabrício Farias da Fontoura, fisioterapeuta e educador físico. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

25/8, 14h – Aula Magna dos Cursos de Saúde da Feevale sobre *Doação e Transplantes de Órgãos e Tecidos*, com o médico Valter Duro Garcia, uma das maiores referências sobre o assunto.

CONVERSA DE PROFESSOR

24/8, 19h – *Painel Dislexia: transtorno ou dificuldade de aprendizagem?*, com a doutoranda em Educação Fernanda Mendes Arantes. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

DOAÇÃO DE ALIMENTOS – A Fundação Ecarta recebe doações de alimentos para o projeto Cozinha Solidária, o qual prepara refeições para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre.



VERISSIMO

A agenda

Um homem chamado Cordeiro abre a agenda em cima da sua mesa de trabalho e vê escrito: "Comprar arma".

Ele não se lembra de ter escrito aquilo. Como tem agenda justamente para ajudá-lo a se lembrar das coisas, compra uma arma, mesmo não sabendo para quê.

No dia seguinte, vê na agenda: "Marcar almoço com Rodrigues".

Mais uma vez, não se lembra de ter escrito aquilo, nem tem qualquer razão para almoçar com o canalha do Rodrigues. Mas marca o almoço. Durante o qual ouve do canalha do Rodrigues a notícia de que pretende se afastar da companhia e vender sua parte ao canalha do Pires, que assim terá a maioria e mandará na companhia, inclusive no Cordeiro.

Cordeiro insiste para que Rodrigues venda sua parte a ele e não ao Pires, mas Rodrigues ri na sua cara e ainda por cima não paga a sua parte no almoço.

Naquela tarde, Cordeiro vê na sua agenda: "Matar Rodrigues. Simular assalto". E o dia e a hora em que deve acontecer o assassinato, sublinhados com força.

E na mesma folha: "Providenciar álibi: lancha".

Lancha? Cordeiro vira a página. Lá está o plano, meticulosamente detalhado. Sair com a lancha no domingo, assegurando-se de que todos no clube o vejam sair com a lancha, encostá-la em algum lugar ermo onde deixou seu carro no dia anterior, ir de carro até a casa de Rodrigues, matá-lo, jogar a arma fora, voltar de carro para a lancha e voltar de lancha para o clube, onde todos o veriam chegar como se nada tivesse acontecido. É o que faz.



Ilustração: Edgar Vasques

Na segunda-feira, Cordeiro arregala os olhos e finge estar chocado quando chega à firma e ouve do Pires a notícia de que houve um assalto no fim de semana e o Rodrigues foi baleado, e está morto.

Pires revela que estava desconfiado de que Rodrigues iria vender sua parte na companhia a Cordeiro. Pretendia marcar um almoço para discutir o assunto com o canalha do Rodrigues, mas no dia Rodrigues dissera que tinha outro compromisso para o almoço.

Na saída do escritório, Pires diz que na última reunião dos três sócios tinha saído por engano com a agenda do Cordeiro e pergunta se por acaso o Cordeiro não ficou com a sua agenda.

Ou então: Na segunda-feira, Cordeiro arregala os olhos e finge estar chocado quando chega à firma e ouve do Pires a notícia de que houve um assalto no fim de semana e o Rodrigues foi baleado, e está morto.

Os dois marcam uma reunião para tratar do que fazer com a parte do Rodrigues, mas não chegam a um acordo e brigam. Naquele mesmo dia, Cordeiro vê escrito na sua agenda: "Incriminar Pires".

É o que faz. Orientado pela agenda, consegue plantar pistas falsas e convencer a polícia de que Pires matou Rodrigues porque este pretendia vender sua parte na firma a Cordeiro. Com Pires afastado, Cordeiro assume o comando da firma e a faz crescer como nunca – sempre seguindo as ordens da agenda, que não erra uma.

Até que um dia a agenda lhe manda juntar todo o dinheiro em caixa na firma, vender o que for possível para levantar mais dinheiro e jogar tudo na bolsa. "Agora!", ordena a agenda.

Cordeiro jogou na bolsa todo o dinheiro que tinha, o seu e o da firma. Foi na véspera da grande queda. Perdeu tudo.

Quando consultou a agenda de novo, desesperado, sem saber o que fazer, encontrou apenas a frase: "Quem entende a bolsa?".

E no dia seguinte:

"Comprar arma".

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



**Contribuir com o Sinpro/RS é investimento
com retorno garantido e imediato.**

D3



Garantia de direitos com as Convenções Coletivas de Trabalho



Os melhores planos de saúde e odontológico



Cartão do associado com descontos em produtos e serviços



Hotel Casa do Professor para associados e familiares em Porto Alegre

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão